



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução n.º 59/2005 (2.ª série):

Nomeia um novo vogal do conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário 13 239

Gabinete do Primeiro-Ministro 13 239
Instituto Português da Juventude 13 239

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública

Despacho conjunto 13 240

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Despacho conjunto 13 240

Ministério da Administração Interna

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana 13 241
Direcção-Geral de Viação 13 241
Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública 13 241
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 13 242

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Departamento Geral de Administração 13 242

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinete do Ministro 13 243
Secretaria-Geral 13 243
Direcção-Geral dos Impostos 13 243
Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros 13 244
Direcção-Geral do Património 13 244
Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) 13 244

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Despacho conjunto 13 245

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar 13 245
Marinha 13 245

Ministério da Justiça

Directoria Nacional da Polícia Judiciária	13 247
Instituto Nacional de Medicina Legal	13 247

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades	13 247
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional	13 247
Instituto da Água	13 248

Ministério da Economia e da Inovação

Secretaria-Geral	13 248
Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	13 248
Inspecção-Geral das Actividades Económicas	13 248

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Direcção-Geral de Protecção das Culturas	13 248
--	--------

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional	13 248
Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.	13 248
Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento ...	13 249

Ministério da Saúde

Gabinete do Ministro	13 249
Administração Regional de Saúde do Centro	13 249
Hospital de Santa Maria	13 250

Ministério da Educação

Inspecção-Geral da Educação	13 250
-----------------------------------	--------

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Instituto de Meteorologia, I. P.	13 250
---------------------------------------	--------

Ministério da Cultura

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo	13 251
---	--------

Universidade do Algarve	13 251
-------------------------------	--------

Universidade de Coimbra	13 252
-------------------------------	--------

Universidade de Évora	13 252
-----------------------------	--------

Universidade de Lisboa	13 252
------------------------------	--------

Universidade do Minho	13 253
-----------------------------	--------

Universidade Nova de Lisboa	13 261
-----------------------------------	--------

Universidade do Porto	13 262
-----------------------------	--------

Universidade Técnica de Lisboa	13 262
--------------------------------------	--------

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	13 266
---	--------

Instituto Politécnico de Coimbra	13 266
--	--------

Instituto Politécnico de Portalegre	13 266
---	--------

Hospital Distrital de Santarém, S. A.	13 266
--	--------

Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S. A.	13 267
--	--------

Hospital Santa Maria Maior, S. A.	13 267
--	--------

Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil — Centro Regional de Oncologia de Lisboa, S. A.	13 267
---	--------

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 59/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 299-B/98, de 29 de Setembro, os membros do conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF) são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do ministro da tutela.

O actual conselho de administração do INTF foi nomeado através da resolução n.º 38/2004 (2.ª série), de 10 de Abril, pelo período de três anos previsto para o respectivo mandato no n.º 1 do artigo 27.º do mesmo Decreto-Lei n.º 299-B/98.

Encontra-se vago, desde 13 de Dezembro de 2004, o cargo de vogal do referido conselho de administração, por renúncia ao mandato, o qual urge preencher até ao termo deste.

Assim:

Nos termos das alíneas d) e g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear o licenciado José António Aranha Antunes para o cargo de vogal do conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário até ao termo do mandato do mesmo conselho de administração, ao abrigo do disposto na parte final do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro.

2 — Determinar a requisição do licenciado José António Aranha Antunes, ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro, à CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.

3 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

12 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Curriculum vitae

Nome — José António Aranha Antunes.

Morada — Rua de Mariano Pina, 3, 11.º, esquerdo, 1500-442 Lisboa.

Estado civil — casado.

Bilhete de identidade n.º 9617, de 21 de Abril de 2004, do arquivo de identificação de Lisboa.

Data de nascimento — 29 de Maio de 1945.

1 — Habilitações

Curso superior de Economia, do ISCEF, concluído em 1971, com a classificação final de 13 valores.

Línguas — francês e inglês.

2 — Actividade profissional

Membro do Gabinete de Estudos da Secretaria de Estado da Economia de Angola, província onde cumpria o serviço militar nos anos de 1973-1974, tendo colaborado na elaboração do *Boletim do Comércio Externo Angola* e redigido o volume *Índice da Produção Industrial Angola*.

Professor do ensino secundário nas Escolas Técnicas de Veiga Beirão e de Ferreira Borges, no ano de 1975.

Ingresso na CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P., em Janeiro de 1976, para o Serviço de Estudos da Direcção de Pessoal.

Nesta empresa transitou depois para a Direcção Financeira e para o Gabinete de Estudos e Planeamento.

Em 1988 foi nomeado chefe de serviço de Orçamento e Controlo de Custos da Direcção de Material.

Em Junho de 1991 foi nomeado membro da comissão instaladora de uma empresa afiliada da CP — a TEX — Transporte de Encomendas Expresso, L.ª, empresa da qual foi director financeiro no período de Janeiro de 1992 a Junho de 1993.

A partir desta data foi nomeado assessor do director-geral das Infra-Estruturas da CP, tendo sido encarregado de coordenar um grupo de trabalho que produziu um relatório sobre a separação das actividades de infra-estrutura e da operação de transporte.

Adjunto do Secretário de Estado das Obras Públicas de Janeiro de 1996 a Abril de 1997, tendo feito parte da Comissão do Instituto Regulador do Transporte Ferroviário.

De regresso à CP, foi nomeado assessor do respectivo conselho de gerência, tendo desenvolvido a sua actividade na área da tarifificação da infra-estrutura ferroviária.

De Novembro de 1998 a Setembro de 2003, passa a integrar o conselho de gerência da CP (resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 190-R/98 e 203-R/2000, de 28 de Outubro e 24 de Agosto, respectivamente), tendo a seu cargo a matéria acima referida, bem como a unidade de transporte de passageiros de longo curso e regional, o *marketing* e o sistema de qualidade.

Acumulou a presidência do conselho de gerência da TEX — Transporte de Encomendas Expresso, L.ª, no período de Abril de 2000 a Dezembro de 2003, tendo coordenado o processo de reestruturação desta empresa.

Actualmente é assessor do conselho de gerência da CP.

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 19 494/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 5.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, subdelego, com faculdade de subdelegação, no Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos, os poderes que me são delegados pela referida disposição legal, relativamente aos assuntos correntes da Administração Pública, no âmbito dos serviços e organismos sob a direcção, superintendência e tutela deste membro do Governo, salvo os referidos no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Julho de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes subdelegados.

25 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 19 495/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delego, com faculdade de subdelegação, no Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos, os poderes que me são conferidos pelo artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no âmbito dos serviços e organismos sujeitos à direcção, superintendência e tutela deste membro do Governo.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Julho de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes delegados.

25 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 19 496/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, delego no Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos, com a faculdade de subdelegação, os poderes que me são conferidos, relativamente à Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações:

- Pelo n.º 5 do artigo 20.º da Lei n.º 11/90, de 5 de Abril;
- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/88, de 20 de Agosto.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Julho de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes delegados.

25 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 19 497/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, delego no Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos, a competência para a concessão de subsídio de alojamento a atribuir ao abrigo do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Julho de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes delegados.

25 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Instituto Português da Juventude

Despacho n.º 19 498/2005 (2.ª série). — Na sequência da publicação no *Jornal de Notícias* e na bolsa de emprego público no dia 19 de Maio de 2005 da oferta para selecção de um licenciado para o cargo de director do Departamento Administrativo e Financeiro, verificados os requisitos legais para o provimento dos lugares de direcção intermédia do 1.º grau, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e face ao *curriculum vitae* que se publica em anexo, foi seleccionado para exercer o cargo de director do Depar-

tamento Administrativo e Financeiro o licenciado José António Monteiro da Cunha, do quadro de pessoal privativo da Câmara Municipal de Cascais.

1 — Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo.

2 — Considerando que o cargo de director do Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto Português da Juventude (IPJ) se encontra vago e que até à publicação do novo diploma orgânico do IPJ se torna necessário preencher o referido lugar, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o exercício daquele cargo o licenciado José António Monteiro da Cunha, do quadro de pessoal privativo da Câmara Municipal de Cascais.

3 — A nomeação fundamenta-se nos conhecimentos e na experiência profissional do ora nomeado, que se evidencia na respectiva nota curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

4 — A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a partir de 22 de Agosto de 2005.

11 de Agosto de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Geraldes*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — José António Monteiro da Cunha;
Nascido em 20 de Novembro de 1960;
Nacionalidade — portuguesa;
Naturalidade — Mafra, concelho de Mafra;
Morada — Rua de Vasco da Gama, 14, 2.º, esquerdo, 2890-093 Alcochete.

Habilitações académicas:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na menção de Ciências Jurídico-Políticas;
Pós-graduado em Estudos Europeus (vertente Jurídica) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós-graduado em Direito Administrativo e Administração Pública pelo Instituto Superior de Tecnologia Empresarial;
Diplomado com o curso de administração autárquica pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.

Experiência profissional:

Ingressou na Câmara Municipal de Almada como funcionário administrativo em 1980;
Foi chefe da Divisão Administrativa e Financeira e notário privativo da Câmara Municipal do Alentejo de 31 de Julho de 1990 a 5 de Julho de 1992;
Foi director do Departamento Administrativo e Financeiro e notário privativo da Câmara Municipal do Montijo de 6 de Julho de 1992 até 17 de Julho de 2003;
Foi director do Departamento de Gestão Financeira e responsável pelo Serviço de Execuções Fiscais da Câmara Municipal de Cascais até 27 de Setembro de 2004;
Foi director do projecto do Aeródromo de Cascais até 22 de Agosto de 2005;
É técnico superior assessor principal (jurista) do quadro privativo da Câmara Municipal de Cascais.

Formação profissional:

Curso de preparação pedagógica de formadores (DGAP), titular do certificado de aptidão profissional (CAP) do IEFP número EDF 23 841/2001-DL, válido até 3 de Dezembro de 2006;
Formador de dirigentes e técnicos superiores da Administração Pública do Instituto Nacional de Administração, do Centro de Estudos e Formação Autárquica, da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, do Instituto Americano de Estudos da Comunicação, e da Direcção-Geral de Viação, nas áreas de direito administrativo, direito financeiro e orçamental, direito notarial, direito registral e contencioso administrativo.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 666/2005. — A crescente importância do papel de Portugal na cena internacional acarreta consigo relevantes compromissos para a sua política externa, designadamente na dina-

mização da intervenção nacional nos organismos internacionais a que pertence. No domínio da transparência da Administração Pública e da desejável dinamização da informação dos cidadãos sobre as políticas públicas, nacionais e comunitárias, verifica-se a necessidade de continuar a contar com um elemento experiente e especializado na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, necessidade que não pode ser satisfeita através dos instrumentos de mobilidade previstos na lei e que justifica a adopção de uma medida de descongelamento excepcional, desbloqueando um lugar indispensável.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e atento o disposto no n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio:

Determina-se que, a título excepcional:

1 — Seja descongelada, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, quadro de pessoal especializado, a admissão para o lugar previsto no mapa anexo ao presente despacho.

2 — A utilização da quota de descongelamento fica dependente da existente de cobertura orçamental.

24 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

MAPA

Descongelamento excepcional para o Ministério dos Negócios Estrangeiros

Grupo de pessoal	Número de lugares
Pessoal especializado (categoria — conselheiro de imprensa)	1
<i>Total</i>	1

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho conjunto n.º 667/2005. — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, 13.º e 29.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, é nomeado, para exercer o cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Rui António Ferreira da Cunha, cujo currículo se publica em anexo, que para o efeito é requisitado ao Hospital de Santa Maria, mantendo deste modo o seu lugar de origem e todos os direitos nele adquiridos, considerando-se o tempo do exercício das funções para que agora é nomeado na SCML como prestado naquele lugar de origem.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2005.

24 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Curriculum

Nome — Rui António Ferreira da Cunha.
Nascido em Lisboa em 23 de Outubro de 1944.
Casado.

Actividade profissional, social e política:

Funcionário público do quadro do Hospital de Santa Maria desde 19 de Novembro de 1964, com a categoria de técnico superior de 1.ª classe;
Director da Casa de Pessoal do Hospital de Santa Maria em 1973;
Membro da comissão de gestão do Hospital de Santa Maria em 1974 e 1975;
Fundador do Secretariado Nacional dos Hospitais em 1974 e seu dirigente em 1974 e 1975;
Vogal da direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde de 1985 a 1989;

Deputado à Assembleia Constituinte em 1975-1976;
Adjunto do Gabinete do Ministro dos Assuntos Sociais de 1976 a 1978;
Deputado à Assembleia da República em 1978;
Assessor do Ministro da Saúde de 1984 a 1985 e chefe de gabinete em 1985;
Deputado à Assembleia da República desde 1989;
Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde;
Coordenador para os assuntos de trabalho na Comissão Parlamentar de Trabalho e dos Assuntos Sociais de 2002 a 2004;
Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS de 2004 a 2005;
Actual Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde;
Vice-Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-São Tomé e Príncipe;
Actual membro do conselho geral da Fundação CEBI.

Cargos governamentais:

XIII Governo Constitucional — Secretário de Estado da Inserção Social (de 30 de Outubro de 1995 a 27 de Outubro de 1999);
XIV Governo Constitucional:

Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade (de 28 de Outubro de 1999 a 9 de Março de 2001);
Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes (de 10 de Março de 2001 a 5 de Abril de 2002).

Condecorações e louvores — louvor concedido pelo Ministro da Saúde no ano 1985.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Brigada Territorial n.º 2

Despacho n.º 19 499/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 36.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e da faculdade que me é conferida pelo n.º 10 do despacho n.º 862/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2004, subdelego no comandante do Grupo Territorial de Santarém, tenente-coronel de cavalaria Vítor Manuel Pereira Lucas, as competências relativas aos seguintes actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

1 — Autorizar as despesas que hajam a efectuar com empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços e bens, até ao limite de € 10 000, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

2 — Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais;

3 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo dos poderes de advocação e superintendência.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 23 de Agosto de 2005.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

23 de Agosto de 2005. — O Comandante, interino, *Fernando Lopes Narciso dos Santos*, coronel de infantaria.

Direcção-Geral de Viação

Anúncio n.º 141/2005 (2.ª série). — *Requisição de funcionários.* — 1 — A Direcção-Geral de Viação (DGV) pretende recrutar, através de requisição, funcionários públicos da carreira técnica superior, licenciados em Direito, para exercerem funções na Direcção Regional de Viação do Algarve.

2 — A selecção dos candidatos far-se-á mediante a análise do respectivo *curriculum vitae* e a realização de uma entrevista profissional.

3 — O estatuto remuneratório é o previsto para os funcionários da Administração Pública, com a possibilidade de atribuição do suplemento remuneratório mensal previsto no n.º 5 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro.

4 — As candidaturas devem ser remetidas por escrito, no prazo de 10 dias após a publicação do presente anúncio, para a Divisão de Pessoal e Expediente Geral, sita na Avenida da República, 16, 1069-055 Lisboa.

19 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Anúncio n.º 142/2005 (2.ª série). — *Requisição de funcionários.* — 1 — A Direcção-Geral de Viação (DGV) pretende recrutar, através de requisição, funcionários públicos da carreira técnica superior, licenciados em Direito para exercerem funções na Direcção Regional de Viação do Alentejo e Delegação de Viação de Portalegre.

2 — A selecção dos candidatos far-se-á mediante a análise do respectivo *curriculum vitae* e a realização de uma entrevista profissional.

3 — O estatuto remuneratório é o previsto para os funcionários da Administração Pública, com a possibilidade de atribuição do suplemento remuneratório mensal previsto no n.º 5 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro.

4 — As candidaturas devem ser remetidas por escrito, no prazo de 10 dias após a publicação do presente anúncio, para a Divisão de Pessoal e Expediente Geral, sita na Avenida da República, 16, 1069-055 Lisboa.

19 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Anúncio n.º 143/2005 (2.ª série). — *Requisição ou transferência de funcionários.* — 1 — A Direcção-Geral de Viação pretende recrutar, através de requisição ou transferência, funcionários públicos da carreira de assistente administrativo, com experiência na área de contabilidade, aprovisionamento ou património, para exercerem funções nos Serviços Centrais, Divisão de Gestão Financeira e Património, em Lisboa.

2 — A selecção dos candidatos far-se-á mediante avaliação curricular e realização de uma entrevista profissional.

3 — As candidaturas devem ser remetidas por escrito, no prazo de 10 dias após a publicação do presente anúncio, para a Divisão de Pessoal e Expediente Geral, sita na Avenida da República, 16, 1069-055 Lisboa.

21 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Comando de Polícia de Setúbal

Despacho n.º 19 500/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 17 087/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005, subdelego no comandante da Divisão Policial de Almada, comissário Jorge Alberto Sequeira da Fonseca, competência para decidir os pedidos de concessão e renovação de licenças de uso e porte de armas de caça, cujos requerentes residam na área dos concelhos de Almada e Seixal.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito da competência prevista no número anterior, até à publicação do presente despacho.

24 de Agosto de 2005. — O Comandante, *Guilherme José Costa Guedes da Silva*, superintendente.

Despacho n.º 19 501/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 17 087/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005, subdelego no comandante da Divisão Policial do Barreiro, subintendente Jerónimo Sanches Torrado, competência para decidir os pedidos de concessão e renovação de licenças de uso e porte de armas de caça, cujos requerentes residam na área dos concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito da competência prevista no número anterior, até à publicação do presente despacho.

24 de Agosto de 2005. — O Comandante, *Guilherme José Costa Guedes da Silva*, superintendente.

Despacho n.º 19 502/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 17 087/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005, subdelego no 2.º comandante do Comando de Polícia de

Setúbal, subintendente José Casimiro Matias David, a competência para a prática dos seguintes actos:

- Autorizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 4987,98, no âmbito do Comando, com consulta prévia a, pelo menos, duas entidades, sempre que o valor o justifique;
- Decidir, na minha falta ou impedimento, os pedidos de concessão e renovação de licenças de uso e porte de armas de caça, cujos requerentes residam na área dos concelhos de Setúbal, Palmela, Sesimbra, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines;
- Processar, na minha falta ou impedimento, as contra-ordenações e aplicar as coimas e as sanções acessórias por infracções cometidas na área de jurisdição deste Comando, por violação aos regulamentos das armas e munições, dos explosivos e matérias perigosas, no domínio do comércio, fabrico, aquisição, detenção, uso e porte de armas e munições bem como do comércio, aquisição, controlo, produção, importação, exportação, detenção, armazenagem e uso de produtos explosivos e de matérias perigosas.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito da competência prevista no número anterior, até à publicação do presente despacho.

24 de Agosto de 2005. — O Comandante, *Guilherme José Costa Guedes da Silva*, superintendente.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 19 503/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Agosto de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado da Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Lista n.º 30/05

	Data de nascimento
Leandro Salino do Carmo	22-4-1985
Eliane de Deus Faria	7-5-1977
André Gomes de Oliveira	11-7-1971
Luciana Alves de Jesus da Silva	6-12-1978
Anselmo Bezerra de Sales	25-4-1968
Vânia Moraes Almeida de Sales	26-8-1977
Gilson Neto Silveira	23-7-1976
Jonas Aleixo de Andrade	28-3-1982
Claudia Maria Alves Massã de Sousa Castro	30-4-1963
Jefferson Melgaço Souza	21-9-1979
Luziane de Fátima Ribeiro Lopes	25-3-1966
Gisele Tessarolo	9-3-1984
Barbara Correia de Carvalho Fonseca Giesteira Almeida	5-3-1982

19 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Despacho n.º 19 504/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Agosto de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado da Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Lista n.º 31/05

	Data de nascimento
Marileni Aparecida Moura Cavalheiro	17-10-1965
Bruno Barbosa Santos	23-12-1985
Jônatas Almeida Pires	25-1-1985
Miriam de Cássia Ricardo Damasceno	20-12-1964
Sandra Mara Nogueira	1-6-1954
Leila Cristina Bronzi	30-12-1976
Joel Fábio de Almeida	16-2-1976
Mário Pinto de Sousa	23-12-1975
Kely Cristina Muniz dos Santos	21-2-1969
Ivan Carlos Alves Bonfim	12-3-1975
Vera Silvia Oppenheim	24-9-1944
Eliane Rocha Borba da Cruz	19-5-1982
Edvaldo Bezerra da Cruz	19-7-1976

19 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Despacho n.º 19 505/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Agosto de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, à cidadã brasileira:

Lista n.º 32/05

	Data de nascimento
Fernanda da Silva Lemos	2-10-1962

19 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Despacho n.º 19 506/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Agosto de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Lista n.º 33/05

	Data de nascimento
Cintia da Silva Souza	23-7-1973
Marcos Aurelio da Silva	30-8-1986
Suzete Borges de Oliveira	24-6-1970
Leandro do Bomfim	8-1-1984
Claudio Mejolaro	8-1-1982
Ibson Barreto da Silva	7-11-1983
Leandro Silva Wanderley	19-4-1979
Rose Mara Corrêa	30-11-1969
Roque José Memelli	30-10-1962
Marcel Augusto Ortolan	12-11-1981
Lirodiou Gonçalves	25-4-1983
Roberto Brum Vallado	7-7-1978

19 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Despacho (extracto) n.º 19 507/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Agosto de 2005 da directora central de Gestão e Administração do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Ricardo Alexandre Fernandes Baptista, técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra — dada por finda, a seu pedido, a requisição neste serviço a partir de 6 de Setembro de 2005, inclusive. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 7985/2005 (2.ª série):

Carolina Feilman Gentil Quina, conselheira técnica principal, a exercer funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, com contrato administrativo de provimento — despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de 12 de Agosto de 2005 autorizando a prorrogação do referido contrato pelo período de três anos, com efeitos a partir de 3 de Fevereiro de 2005.

Jorge Manuel dos Santos Leonardo, conselheiro técnico principal, a exercer funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, em regime de comissão de serviço — despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de 12 de Agosto de 2005 autorizando a prorrogação da referida comissão pelo período de três anos, com efeitos a partir de 19 de Julho de 2005.

João Miguel Ferreira Serpa Soares, conselheiro técnico principal, a exercer funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, com contrato administrativo de provimento — despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de 12 de Agosto de 2005 autorizando a prorrogação do referido contrato pelo período de três anos, com efeitos a partir de 19 de Julho de 2005.

rogação do referido contrato pelo período de três anos, com efeitos a partir de 23 de Agosto de 2005.

Pedro Manuel Silva Esteves Pereira, adido técnico, a exercer funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, com contrato administrativo de provimento — despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de 12 de Agosto de 2005 autorizando a prorrogação do referido contrato pelo período de três anos, com efeitos a partir de 3 de Fevereiro de 2005.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 19 508/2005 (2.ª série):

Eunice Maria Gândara Condeça, assistente administrativa especialista do quadro único de vinculação do pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocada na Embaixada de Portugal em Luanda — despacho do secretário-geral de 8 de Agosto de 2005 transferindo-a com a mesma categoria para o Consulado-Geral de Portugal em Luanda. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 19 509/2005 (2.ª série):

José António Martins Goulart, docente da Universidade dos Açores — despacho ministerial de 17 de Agosto de 2005 nomeando-o pelo período de três anos, tácita e sucessivamente prorrogado por iguais períodos, para exercer em regime de comissão de serviço o cargo de conselheiro técnico junto da Delegação Permanente de Portugal Junto da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico — OCDE, em Paris. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2005. — O Director, *Renato Marques*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 19 510/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º e do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para adjunto do meu Gabinete o Prof. Doutor Álvaro Pinto Coelho de Aguiar que, para o efeito, é requisitado à Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

2 — Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, o nomeado fica autorizado a exercer actividades de docência, bem como outras actividades, estas desde que sem carácter de permanência.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 4 de Agosto de 2005.

25 de Agosto de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Secretaria-Geral

Rectificação n.º 1539/2005. — Por conter uma inexactidão, o despacho n.º 614/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005, a p. 12 298, rectifica-se que onde se lê «assessor principal do quadro de pessoal» deve ler-se «reverificador assessor principal do quadro de pessoal».

29 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral, *João I. Simões de Almeida*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 7986/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Agosto de 2005 do director-geral dos Impostos:

Mário Anselmo de Sá Barbosa Novo, chefe de divisão de Gestão da Dívida Executiva, da Direcção de Finanças de Lisboa, em gestão corrente — cessa a seu pedido o referido cargo, com efeitos a 31 de

Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 7987/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral dos Impostos e do subdirector-geral da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 24 e 29 de Agosto de 2005 respectivamente:

Dinah Maria Pinto de Abreu Macedo, assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — autorizada a requisição pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação à Direcção de Serviços de Instalações e Equipamentos, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos à data de 1 de Setembro de 2005.

29 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 7988/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Agosto de 2005 do director-geral dos Impostos:

Adelina Susana Coelho Moreira, António Manuel M. Pinto Santos e Inês Piteira Santos Peres Ribeiro, técnicos superiores de 2.ª classe, da carreira técnica superior — nomeados na categoria de técnico superior de 1.ª classe, independentemente de concurso, com efeitos a 30 de Julho de 2005, data em que perfizeram um ano de antiguidade na categoria, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, ficando colocados nos respectivos lugares do quadro de contigência que actualmente ocupam. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Despacho (extracto) n.º 19 511/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Ao abrigo das normas constantes dos artigos 94.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, e 62.º da lei geral tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, o chefe de finanças de Sousel, delega as suas competências nos termos seguintes:

1 — Chefia das secções:

Secção do Imposto sobre Rendimento, Património e Despesa e Justiça Tributária — no adjunto TAT N 1 — Luís Manuel Lourenço Batista;

Secção de Cobrança — no adjunto TAT N 1 — António Manuel Sequeira.

2 — Atribuição de competências — aos chefes de secção, sem prejuízo das funções que pontualmente lhes venham a ser atribuídas, compete-lhes assegurar, sob minha orientação e supervisão, o funcionamento das secções e exercer a adequada acção formativa e disciplinar relativa aos funcionários colocados nas respectivas secções, para além das competências que agora lhes são delegadas:

2.1 — De carácter geral:

2.1.1 — Exercer acção formativa nos respectivos funcionários, mantendo a ordem e disciplina na secção a seu cargo;

2.1.2 — Assinar e distribuir os documentos que tenham a natureza de expediente diário;

2.1.3 — Verificar e controlar os serviços de forma que sejam respeitados os prazos fixados, quer legalmente quer por instâncias superiores;

2.1.4 — Diligenciar no sentido de que o atendimento dos utentes dos serviços se desenvolva com rapidez e cordialidade;

2.1.5 — Informar quaisquer petições, exposições, reclamações e recursos hierárquicos em matéria tributária;

2.1.6 — Providenciar no sentido do cumprimento dos objectivos superiormente determinados no plano de actividades;

2.1.7 — Assinar os documentos de cobrança e de operações específicas do Tesouro, emitidas pelo Serviço de Finanças;

2.1.8 — Propor formas de actuação, distribuição de funções e rotação de serviços dos funcionários da secção;

2.1.9 — Assegurar a gestão do sistema informático de forma eficaz, quer a nível de informação quer do da segurança.

2.2 — De carácter específico:

Secção dos Impostos sobre o Rendimento, Património e Despesa e Justiça Tributária:

2.2.1 — Imposto sobre o rendimento:

a) Coordenar e controlar todo o serviço relacionado com o IRC e IRS de molde a assegurar o cumprimento dos prazos de liquidação;

- b) Coordenar e promover a correcção de todas as declarações remetidas ao Serviço de Finanças para esse efeito, esclarecimento e ou confirmação, bem como a sua devolução se for caso disso;
- c) Controlar toda a actividade relacionada com a fiscalização de IR, nomeadamente acautelando as liquidações de anos anteriores de molde a evitar a caducidade;
- d) Promover as notificações que se mostrem devidas;

2.2.2 — IVA — imposto sobre o valor acrescentado:

- a) Controlo das declarações recebidas e respectivos lançamentos no sistema informático;
- b) Promover, autorizar e controlar os lançamentos no sistema informático de molde a assegurar a actualização das contas correntes dos sujeitos passivos;
- c) Controlo da liquidações resultantes de acção inspectiva e correspondente arrecadação do imposto que se mostre em falta;
- d) Promover as notificações que se mostrem devidas e controlar os respectivos averbamentos no sistema informático;

2.2.3 — IMI — imposto municipal sobre imóveis:

- a) Verificar, orientar e controlar a execução dos serviços de avaliações;
- b) Fiscalizar, autorizar e promover o pagamento aos peritos;
- c) Controlar e orientar a execução de todas as tarefas relacionadas com a informática;

2.2.4 — IS — imposto do selo:

- a) Controlar e coordenar a execução do Serviço;
- b) Orientar a organização dos processos relativos às transmissões gratuitas de bens;
- c) Fiscalizar todo o serviço;

Secção de Cobrança:

- 2.2.5 — Assinar a correspondência relativa à secção de tesouraria;
- 2.2.6 — Imposto de camionagem, circulação e sobre veículos:

- a) Emitir a certidão a que se refere o artigo 34.º, n.º 1, do Regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos;
- b) Controlar as liquidações do IMSV e instruir os processos de liquidação adicional ou restituição oficiosa, consoante os casos;
- c) Deferir e conceder a isenção de imposto de circulação e camionagem de conformidade com o artigo 4.º do respectivo Regulamento e o n.º 10.1 do manual de cobrança;
- d) Emitir certidão a que se refere o artigo 19.º do Regulamento do Imposto de Circulação e de Camionagem;
- e) Despachar os pedidos de fornecimento de dísticos de substituição modelos n.ºs 1-A, 2-A e 3-A do imposto de circulação e camionagem de conformidade com o artigo 20.º do respectivo Regulamento e o n.º 10.2 do manual de cobrança;
- f) Desenvolver as acções necessárias à correcção dos erros cometidos no registo informático das declarações modelo n.º 6 de ICI e ICA de conformidade com o respectivo manual de cobrança e instruções complementares;
- g) Assegurar o tratamento adequado das declarações de pagamento e, bem assim, o respectivo lançamento no sistema informático;

2.2.7 — IMT — imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis:

- a) Coordenar, liquidar e fiscalizar todos os actos sujeitos a imposto;
- b) Instruir, apreciar e decidir os pedidos de isenção de IMT;
- c) Controlar e fiscalizar as isenções reconhecidas, nomeadamente as referidas no artigo 11.º do CIMT para efeitos de caducidade;
- d) Promover as liquidações adicionais, nos termos do artigo 31.º do CIMT.

Observações

Tendo em atenção o conteúdo doutrinário do conceito de delegação de competências, o delegante conserva, nomeadamente, os seguintes poderes:

- Chamamento a si, a qualquer momento e formalismos, da tarefa de resolução dos assuntos que entender convenientes, sem que isso implique derrogação, ainda que parcial, do presente despacho;
- Direcção e controlo dos actos delegados;
- Modificação ou revogação dos actos praticados pelo delegado.

Em todos os actos praticados no exercício transferido da competência do delegado deve mencionar esta qualidade, utilizando a expressão «Por delegação do chefe de finanças, o adjunto» ou outra equivalente.

Substituição do chefe do serviço de finanças — nos seus impedimentos legais o chefe do serviço de finanças será substituído nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, pelo adjunto Luís Manuel Lourenço Batista.

Produção de efeitos — este despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelos funcionários aqui delegados.

10 de Agosto de 2005. — O Chefe do Serviço de Finanças de Sousel, *José Francisco Figueiredo Falé*.

Rectificação n.º 1540/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 7054/2005 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 3 de Agosto de 2005, a p. 11 083, rectifica-se que onde se lê «Alice Margarida Marques Bandeira, assistente administrativa» deve ler-se «Alice Margarida Marques Bandeira, assistente administrativa principal».

30 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Aviso n.º 7989/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Agosto de 2005:

Carlos Alberto Abraços Albano, Isidoro Francisco dos Santos Berquete Valverde, Ana Cristina Canilho de Sousa, Artur Manuel Ribeiro Fernandes Pires, Ana Raquel Rodrigues da Silva e José Marinho Ribeiro Barros, técnicos de informática do grau 1, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros — promovidos, precedendo aprovação em concurso, à categoria de técnico de informática do grau 2, nível 1, do mesmo quadro, ocupando os lugares de dotação global, aprovados pela Portaria n.º 458/98, de 30 de Julho, considerando-se exonerados da categoria anterior a partir da data da aceitação dos novos lugares.

Rui Manuel Palmeiro Trindade, técnico de informática do grau 1, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Acção Social — promovido, precedendo aprovação em concurso, à categoria de técnico de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, indo ocupar lugar criado pela Portaria n.º 458/98, de 30 de Julho, e ainda não provido, considerando-se exonerado da categoria anterior a partir da data da aceitação do novo lugar.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *António Ramos Lopes*.

Direcção-Geral do Património

Aviso (extracto) n.º 7990/2005 (2.ª série). — Por meu despacho desta data, no uso das competências delegadas:

Licenciada Sílvia de Fátima Ribeiro Teixeira Cepeda, assistente administrativa da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, definitivamente, precedendo reclassificação profissional, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a 20 de Julho de 2005, data em que reuniu os respectivos requisitos.

29 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Manuela Brandão*.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Rectificação n.º 1541/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão e para os devidos efeitos se rectifica o despacho n.º 16 645 (2.ª série) publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 2 de Agosto de 2005, referente à delegação de competências do director-geral da ADSE. Assim, onde se lê «O Director-Geral, *Manuel*

dos Santos Pires.» deve ler-se «O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.».

23 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Rectificação n.º 1542/2005. — Para os devidos efeitos se rectifica o despacho (extracto) n.º 17 846/2005, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 19 de Agosto de 2005, referente à renovação da comissão de serviço de pessoal dirigente. Assim, onde se lê «da Lei n.º 24/2004» deve ler-se «da Lei n.º 2/2004» e onde se lê «director de serviços de Prestadores de Saúde» deve ler-se «director de serviços de Prestadores de Cuidados de Saúde».

23 de Agosto de 2005. — Pelo Director-Geral, (*Assinatura ilegível*.)

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho conjunto n.º 668/2005. — Tornando-se necessário proceder à substituição e à nomeação de um membro da Comissão Interministerial de Coordenação e Controlo da Aplicação do Sistema de Financiamento do FEOGA — Secção Garantia (CIFG), é designado, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/91, de 4 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/93, de 20 de Setembro, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/96, de 8 de Julho, para a referida Comissão, pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, o Dr. Manuel Jaime Duarte Ramos, como membro efectivo, em substituição do Dr. João Farinha Manso.

23 de Agosto de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 19 512/2005 (2.ª série). — 1 — Considerando o disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e tendo presente o disposto no despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, subdelego no presidente da Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), tenente-general, na situação de reserva, Alexandre Maria de Castro de Sousa Pinto, no âmbito da respectiva Comissão, e no quadro das atribuições estabelecidas no Decreto-Lei n.º 59/98, de 17 de Março, a competência para:

- Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, em circunstâncias excepcionais e delimitadas no tempo, e a prestação de trabalho em dia de descanso semanal, de descanso complementar e em feriado ao pessoal dirigente e de chefia, nos termos, respectivamente, da alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º e do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- Justificar ou injustificar faltas, conceder licenças por período superior a 30 dias, com excepção da licença sem vencimento por um ano por motivo de interesse público e da licença ilimitada, bem como autorizar o regresso à actividade;
- Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- Celebrar contratos com entidades nacionais ou estrangeiras, desde que constem de programas de actividades previamente aprovados pelo membro do Governo competente, em ordem à realização de estudos e outros trabalhos de carácter técnico eventual relacionados com as atribuições do serviço e que não possam ser asseguradas pelo respectivo pessoal;
- Autorizar a inscrição e participação de pessoal em congressos, seminários, colóquios, reuniões, estágios, acções de formação ou outras missões específicas no estrangeiro e que impliquem deslocações por não mais de sete dias, desde que integrados em actividades da CPHM ou inseridos em planos aprovados e orçamentados;

- Autorizar a realização de despesas de funcionamento corrente por conta das dotações consignadas no orçamento do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional à CPHM, até ao montante individual de € 5000;
- Autorizar a prestação de serviços e a venda de produtos próprios, fixando os respectivos preços.

2 — O presente despacho produz efeitos a 14 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo presidente da CPHM que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

25 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 19 513/2005 (2.ª série). — 1 — Considerando o disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e tendo presente o disposto no despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, subdelego no director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar, licenciado Alberto Rodrigues Coelho, a competência para, no âmbito da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM):

- Autorizar a inscrição e participação de pessoal em congressos, seminários, colóquios, reuniões, estágios, acções de formação ou outras missões específicas no estrangeiro e que impliquem deslocações por não mais de sete dias, desde que integrados em actividades da DGPRM ou inseridos em planos aprovados;
- Autorizar deslocações em serviço ao estrangeiro e no estrangeiro e, bem assim, o processamento dos correspondentes abonos;
- Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, em circunstâncias excepcionais e delimitadas no tempo, e a prestação de trabalho em dia de descanso semanal, de descanso complementar e em feriado ao pessoal dirigente e de chefia, nos termos, respectivamente, da alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º e do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- Autorizar a concessão de licenças sem vencimento por um ano e regresso antecipado de licenças sem vencimento de longa duração e regresso à actividade, nos termos legalmente estabelecidos;
- Autorizar a acumulação de funções públicas nas situações que configuram actividades de representação de departamentos ministeriais ou de serviços públicos, e actividades de carácter ocasional e temporário que possam ser consideradas complemento do cargo ou função e actividades docentes nos termos e limites legalmente estabelecidos;
- Autorizar funcionários e agentes a conduzir viaturas do Estado que estejam afectas à Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, nos termos legalmente estabelecidos.

2 — Subdelego, ainda, nos mesmos termos e nos do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a competência para aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos que, no quadro das atribuições cometidas à DGPRM, sejam submetidos para apreciação desta unidade orgânica.

3 — As competências subdelegadas pelo presente despacho podem ser subdelegadas pelo director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar, no todo ou em parte, nos subdirectores-gerais.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 14 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

29 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

MARINHA

Superintendência dos Serviços do Material

Despacho n.º 19 514/2005 (2.ª série). — *Delegações e subdelegações.* — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no director de Infra-Estruturas, CALM EMQ Victor Maria Lima Borges Brandão, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 49/93, de 26 de Fevereiro, no âmbito do exercício de autoridade

técnica sobre todos os organismos da Marinha, para a prática de actos no que se refere a assuntos de natureza técnica e logística que se situem na sua área de responsabilidade.

2 — Ao abrigo do n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 11 023/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro, subdelego no mesmo oficial a competência que me é delegada para autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 17 943/2005 (2.ª série), de 20 de Julho, subdelego ainda no mesmo oficial a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efectivo, com excepção dos oficiais gerais, a militarizados e a funcionários do quadro de pessoal civil da Marinha (QPCM), que prestem serviço na Direcção de Infra-Estruturas e órgãos na sua dependência:

- a) Conceder licenças por maternidade;
- b) Conceder licenças por paternidade;
- c) Conceder licenças por adopção;
- d) Autorizar dispensas para consulta e amamentação;
- e) Autorizar faltas para assistência a menores;
- f) Autorizar faltas para assistência a deficientes;
- g) Autorizar dispensas de trabalho nocturno;
- h) Autorizar faltas especiais;
- i) Autorizar outros casos de assistência à família.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director de Infra-Estruturas que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

5 — São revogados os meus despachos n.ºs 21 973/2004 (2.ª série), de 12 de Outubro, e 227/2005 (2.ª série), de 9 de Dezembro de 2004.

26 de Agosto de 2005. — O Superintendente, *Victor Manuel Bento e Lopo Cajarabille*, vice-almirante.

Despacho n.º 19 515/2005 (2.ª série). — *Delegações e subdelegações.* — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, deogo no director de Navios, CALM EMQ Ilídio Cardoso Pais Loureiro, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 49/93, de 26 de Fevereiro, no âmbito do exercício de autoridade técnica sobre todos os organismos da Marinha, para a prática de actos no que se refere a assuntos de natureza técnica e logística que se situem na sua área de responsabilidade.

2 — Ao abrigo do n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 11 023/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro, subdelego no mesmo oficial a competência que me é delegada para autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 17 943/2005 (2.ª série), de 20 de Julho, subdelego ainda no mesmo oficial a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efectivo, com excepção dos oficiais gerais, a militarizados e a funcionários do quadro de pessoal civil da Marinha (QPCM), que prestem serviço na Direcção de Navios e órgãos na sua dependência:

- a) Conceder licenças por maternidade;
- b) Conceder licenças por paternidade;
- c) Conceder licenças por adopção;
- d) Autorizar dispensas para consulta e amamentação;
- e) Autorizar faltas para assistência a menores;
- f) Autorizar faltas para assistência a deficientes;
- g) Autorizar dispensas de trabalho nocturno;
- h) Autorizar faltas especiais;
- i) Autorizar outros casos de assistência à família.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director de Navios que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

5 — São revogados os meus despachos n.ºs 24 004/2004 (2.ª série), de 12 de Outubro, e 229/2005 (2.ª série), de 9 de Dezembro de 2004.

26 de Agosto de 2005. — O Superintendente, *Victor Manuel Bento e Lopo Cajarabille*, vice-almirante.

Despacho n.º 19 516/2005 (2.ª série). — *Delegações e subdelegações.* — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, deogo no director de Transportes, CMG EMQ José Manuel Baptista de Oliveira Braz, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 49/93, de 26 de Fevereiro, no âmbito do exercício de autoridade técnica sobre todos os organismos da Marinha, para a prática de actos no que se refere a assuntos de natureza técnica e logística que se situem na sua área de responsabilidade.

2 — Ao abrigo do n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 11 023/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro, subdelego no mesmo oficial a competência que me é delegada para autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 17 943/2005 (2.ª série), de 20 de Julho, subdelego ainda no mesmo oficial a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efectivo, com excepção dos oficiais gerais, a militarizados e a funcionários do quadro de pessoal civil da Marinha (QPCM), que prestem serviço na Direcção de Transportes e órgãos na sua dependência:

- a) Conceder licenças por maternidade;
- b) Conceder licenças por paternidade;
- c) Conceder licenças por adopção;
- d) Autorizar dispensas para consulta e amamentação;
- e) Autorizar faltas para assistência a menores;
- f) Autorizar faltas para assistência a deficientes;
- g) Autorizar dispensas de trabalho nocturno;
- h) Autorizar faltas especiais;
- i) Autorizar outros casos de assistência à família.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director de Transportes que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

5 — São revogados os meus despachos n.ºs 21 972/2004 (2.ª série), de 12 de Outubro, e 228/2005 (2.ª série), de 9 de Dezembro de 2004.

26 de Agosto de 2005. — O Superintendente, *Victor Manuel Bento e Lopo Cajarabille*, vice-almirante.

Despacho n.º 19 517/2005 (2.ª série). — *Delegações e subdelegações.* — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, deogo no presidente da comissão eventual da Direcção de Tecnologias da Informação e Comunicação, CALM EMA José António Gimenez Salinas Moreira Ribeiro, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 49/93, de 26 de Fevereiro, no âmbito do exercício de autoridade técnica sobre todos os organismos da Marinha, para a prática de actos no que se refere a assuntos de natureza técnica e logística que se situem na sua área de responsabilidade.

2 — Ao abrigo do n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 11 023/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro, subdelego no mesmo oficial a competência que me é delegada para autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 17 943/2005 (2.ª série), de 20 de Julho, subdelego ainda no mesmo oficial a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efectivo, com excepção dos oficiais gerais, a militarizados e a funcionários do quadro de pessoal civil da Marinha (QPCM), que prestem serviço na Direcção de Tecnologias da Informação e Comunicação e órgãos na sua dependência:

- a) Conceder licenças por maternidade;
- b) Conceder licenças por paternidade;
- c) Conceder licenças por adopção;
- d) Autorizar dispensas para consulta e amamentação;
- e) Autorizar faltas para assistência a menores;
- f) Autorizar faltas para assistência a deficientes;
- g) Autorizar dispensas de trabalho nocturno;
- h) Autorizar faltas especiais;
- i) Autorizar outros casos de assistência à família.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005, ficando por este meio, ratificados todos os actos entretanto

praticados pelo presidente da comissão eventual da Direcção de Tecnologias da Informação e Comunicação que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

5 — São revogados os meus despachos n.ºs 21 973/2004 (2.ª série), de 12 de Outubro, e 225/2005 (2.ª série), de 9 de Dezembro de 2004.

26 de Agosto de 2005. — O Superintendente, *Victor Manuel Bento e Lopo Cajarabille*, vice-almirante.

Despacho n.º 19 518/2005 (2.ª série). — *Delegações e subdelegações.* — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no director de Abastecimento, CALM AN Reinaldo Silva Castro, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 49/93, de 26 de Fevereiro, no âmbito do exercício de autoridade técnica sobre todos os organismos da Marinha, para a prática de actos no que se refere a assuntos de natureza técnica e logística que se situem na sua área de responsabilidade.

2 — Ao abrigo do n.º 3 do despacho n.º 11 023/2004 (2.ª série), de 22 de Outubro, do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada subdelego no mesmo oficial a competência que me é delegada para autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do despacho n.º 17 943/2005 (2.ª série), de 20 de Julho, do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada subdelego ainda no mesmo oficial a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efectivo, com excepção dos oficiais gerais, a militarizados e a funcionários do quadro de pessoal civil da Marinha (QPCM) que prestem serviço na Direcção de Abastecimento e órgãos na sua dependência:

- a) Conceder licenças por maternidade;
- b) Conceder licenças por paternidade;
- c) Conceder licenças por adopção;
- d) Autorizar dispensas para consulta e amamentação;
- e) Autorizar faltas para assistência a menores;
- f) Autorizar faltas para assistência a deficientes;
- g) Autorizar dispensas de trabalho nocturno;
- h) Autorizar faltas especiais;
- i) Autorizar outros casos de assistência à família.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director de Abastecimento que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

5 — É revogado o meu despacho n.º 5269/2005 (2.ª série), de 24 de Fevereiro.

26 de Agosto de 2005. — O Superintendente, *Victor Manuel Bento e Lopo Cajarabille*, vice-almirante.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 19 519/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Agosto de 2005 do director nacional da Polícia Judiciária:

José Manuel Gonçalves Pica, inspector do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções no Departamento Central de Investigação e Acção Penal desde 24 de Janeiro de 2005, em regime de comissão de serviço — concedida licença sem vencimento de longa duração a partir de 1 de Outubro do corrente ano. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 7991/2005 (2.ª série). — Faz-se público que, por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça de 5 de Agosto de 2005, foi autorizada a prorrogação dos contratos administrativos de provimento celebrados com as licenciadas Cristina Maria Gomes Cordeiro Santos e Natividade do Rosário Vale Caveiro Lemos da Silva, ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/98,

de 24 de Abril, aplicável ao internato médico de medicina legal por força do disposto nos artigos n.ºs 72.º e 74.º do Decreto-Lei n.º 11/98, de 24 de Janeiro.

19 de Agosto de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Francisco Corte Real*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 19 520/2005 (2.ª série). — Pretende a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão promover a construção da rede de saneamento de águas residuais e da respectiva estação de tratamento de águas residuais em Vale do Cobrão, freguesia e concelho de Vila Velha de Ródão, utilizando para o efeito 650 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional, por força da delimitação constante da Portaria n.º 1038/93, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 243, de 16 de Outubro de 1993.

Considerando que a povoação se situa numa elevação entre serranias, num vale encaixado, com declives acentuados e sem alternativa à localização proposta;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Vila Velha de Ródão, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/95, publicada no *Diário da República*, n.º 288, de 15 de Dezembro de 1995, não obsta à concretização do projecto;

Considerando o teor favorável do parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, condicionado:

À obtenção de licença de utilização do domínio hídrico, junto da comissão de coordenação e desenvolvimento regional competente, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro;

Ao afastamento da ETAR de 10 m das linhas de água;

À movimentação de terras reduzida ao mínimo indispensável à execução da obra;

À consolidação de taludes resultantes de movimentação de terras, de forma a evitar o ravinamento e o transporte de sedimentos, recorrendo a materiais e a revestimento vegetal característicos da região;

Determino, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 161/2005 (2.ª série), de 25 de Julho, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, que seja reconhecido o interesse público da construção da rede de saneamento de águas residuais e da respectiva estação de tratamento de águas residuais em Vale do Cobrão, freguesia e concelho de Vila Velha de Ródão, sujeito ao cumprimento dos condicionamentos supramencionados, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de a interessada repor os terrenos no estado em que se encontravam na data imediatamente anterior à da emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

27 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 7992/2005 (2.ª série). — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 7251/2005, a p. 11 506, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 12 de Agosto de 2005, onde se lê «Por meu despacho de 26 de Abril de 2005» deve ler-se «Por meu despacho de 26 de Julho de 2005».

24 de Agosto de 2005. — A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, *Deolinda Picado*.

Instituto da Água

Despacho n.º 19 521/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 28 de Julho de 2005:

Maria Josefina Amaro Nunes Silva Santos, técnica especialista principal da carreira técnica do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais — autorizada a praticar o regime de prestação de trabalho de semana de quatro dias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 325/99, de 18 de Agosto, a partir de 1 de Setembro de 2005.

26 de Agosto de 2005. — Pelo Presidente, a Vice-Presidente, *Luísa Branco*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Aviso n.º 7993/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Agosto de 2005, é reclassificada, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na categoria de técnica superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia, com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, a chefe de repartição do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Concorrência e Preços Maria da Natividade Caniça da Costa Leite Martins, mantendo o escalão e índice de que é detentora. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

Aviso n.º 7994/2005 (2.ª série). — Por despacho do director regional de Lisboa e Vale do Tejo de 12 de Agosto de 2005:

Maria Joana Santos de Almeida Azevedo Rodrigues — autorizado o regresso de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

23 de Agosto de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 19 522/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Julho de 2005, foi concedida licença de exploração industrial ao estabelecimento da empresa Ambicare Industrial — Tratamento de Resíduos, S. A., destinado à fabricação de máquinas diversas (máquinas de condicionamento de óleos), reciclagem de lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio e armazenamento temporário de resíduos perigosos e não perigosos, sito no Parque Industrial da Mitrena, lote 75, freguesia do Sado e concelho de Setúbal, com o processo de licenciamento n.º 3/38663.

Esta licença, que foi precedida pela emissão da licença ambiental, está disponível para consulta pública na Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Agosto de 2005. — O Director Regional, *A. Mira dos Santos*.

Inspeção-Geral das Actividades Económicas

Despacho n.º 19 523/2005 (2.ª série). — Com a cessação da comissão de serviço do Dr. António Tripa Banha, por motivos de aposentação, que vinha exercendo o cargo de chefe de divisão de Informação e Expediente Geral, torna-se necessário proceder à nomeação de novo chefe de divisão, em regime de substituição, até à nomeação de novo titular do cargo, por forma a assegurar o normal funcionamento dos serviços.

Assim, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/2004, de 3 de Março, conjugado com os artigos 7.º, 20.º, 27.º e 35.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio chefe de divisão de Informação e Expediente Geral, em regime de substituição, a técnica superior principal licenciada Maria João Campos Seabra Pinto.

O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Agosto de 2005.

19 de Agosto de 2005. — Inspector-Geral, *Mário Silva*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PISCAS

Direcção-Geral de Protecção das Culturas

Despacho (extracto) n.º 19 524/2005 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral de Protecção das Culturas de 21 de Julho de 2005 e com a anuência do vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas:

José António Couto Leite Ribeiro, técnico profissional de 2.ª classe da carreira de técnico profissional do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas — autorizada a transferência para idêntica categoria da carreira de técnico profissional do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção das Culturas, a qual produzirá efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços de Gestão, Administração e Apoio Técnico, *Jaime Vidal Abreu*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

Despacho n.º 19 525/2005 (2.ª série). — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, e ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio, e no n.º 4 da cláusula VII do protocolo homologado pela Portaria n.º 488/87, de 8 de Junho, que criou o CFPIC — Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado, e sob proposta do Sindicato dos Operários da Indústria do Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra, exonerou, com efeitos a partir da presente data, Manuel Graça Gomes Costa das funções de vogal do conselho de administração do referido Centro de Formação Profissional e nomeio, também com efeitos a partir da presente data e para o exercício das mesmas funções, Maria Fernanda Alves Santos Moreira Félix.

23 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Despacho n.º 19 526/2005 (2.ª série). — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, e ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio, e no n.º 2 da cláusula XII do protocolo homologado pela Portaria n.º 488/87, de 8 de Junho, que criou o CFPIC — Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado, e sob proposta do Sindicato dos Operários da Indústria do Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra, exonero, com efeitos a partir da presente data, Maria Fernanda Alves Santos Moreira Félix das funções de vogal do conselho técnico-pedagógico do referido Centro de Formação Profissional e nomeio, também com efeitos a partir da presente data e para o exercício das mesmas funções, Cátia Céu Pereira Duro.

23 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

Despacho n.º 19 527/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de poderes e de assinatura.* — 1 — No uso da faculdade que me é conferida pelo n.º 3 da deliberação n.º 829/2005, do conselho directivo deste Centro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 17 de Julho de 2005, subdelego no director de Serviços Administrativos e Financeiros, licenciado Carlos Manuel Castro Ferreira de Mesquita Borges, sem prejuízo de avocação, a competência para:

1.1 — Autorizar a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços até ao montante de € 3000;

1.2 — Autorizar o pagamento de despesas cuja realização tenha sido autorizada pelo conselho directivo ou por quem tenha competência para tal;

1.3 — Assinar, em conjunto com um membro do conselho directivo, as folhas de vencimento a enviar aos bancos;

1.4 — Autorizar as deslocações em serviço em território nacional, desde que não envolvam pagamento de horas extraordinárias;

1.5 — Aprovar os planos de férias de funcionários e agentes do respectivo serviço, bem como autorizar o gozo de férias anteriores à saída dos planos de férias e de férias interpoladas, sem prejuízo da necessária articulação com o gabinete de gestão de pessoal;

1.6 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente dos respectivos serviços, dirigida a beneficiários, contribuintes ou outras entidades.

2 — Autorizar o director de Serviços Administrativos e Financeiros, licenciado Carlos Manuel Castro Ferreira de Mesquita Borges, a subdelegar nos chefes de divisão e de secção de si directamente dependentes os poderes previstos nos n.ºs 1.1, 1.4, 1.5 e 1.6.

3 — A presente subdelegação de poderes produz efeitos desde 22 de Agosto de 2005.

30 de Agosto de 2005. — O Vogal do Conselho Directivo, *José Emílio Mendes Pires*.

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

Despacho n.º 19 528/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me são conferidos pelos n.ºs 2 e 5 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e dos que me foram delegados pelo despacho n.º 17 376/2005 (2.ª série), do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Agosto de 2005, delego nos subdirectores-gerais licenciados Maria Henriqueta Saraiva de Almeida Duarte Matias e José Luís de Lemos de Sousa Albuquerque, as seguintes competências:

1 — Competências genéricas para despacharem as matérias e superintender nas áreas de actuação da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento:

1.1 — Na licenciada Maria Henriqueta Saraiva de Almeida Duarte Matias delego as minhas competências respeitantes aos assuntos relativos às áreas da Direcção de Serviços de Estudos do Emprego, Formação Profissional, Trabalho e Rendimentos e da Direcção de Serviços de Estatísticas Conjunturais;

1.2 — No licenciado José Luís de Lemos de Sousa Albuquerque delego as minhas competências respeitantes aos assuntos relativos às áreas da Direcção de Serviços de Indicadores e Prospectiva, da Direcção de Serviços de Estudos da Segurança Social e Acção Social e da Direcção de Serviços de Estatísticas Estruturais.

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, as competências delegadas são conferidas com a faculdade de subdelegação.

3 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos praticados em conformidade com a presente delegação/subdelegação de competências.

12 de Agosto de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 19 529/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio em comissão de serviço o licenciado Alberto Alexandre Filipe Farinha para exercer as funções de vogal do conselho de administração do Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo — Peniche.

O presente despacho produz efeitos a partir de 8 de Agosto de 2005.

22 de Julho de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 19 530/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, exonero, por conveniência de serviço, a licenciada Teresa Maria Maia Nunes do cargo de vogal do conselho de administração do Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo — Peniche.

O presente despacho produz efeitos a partir de 5 de Agosto de 2005, inclusive.

22 de Julho de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 19 531/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos do Hospital de São Gonçalo, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 274/2002, de 9 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Maria Teresa Afonso Lacerda Cabral para exercer as funções de directora clínica daquele Hospital.

19 de Agosto de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 19 532/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos do Hospital de São Gonçalo, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 274/2002, de 9 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado Jorge Luciano Leite Monteiro para exercer as funções de enfermeiro-director daquele Hospital.

19 de Agosto de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Coimbra

Despacho n.º 19 533/2005 (2.ª série). — No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 15 186/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 132, de 12 de Julho de 2005, do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, e nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, decido delegar e subdelegar, na chefe de serviços de Saúde Pública, Dr.ª Sara Neto Henriques do Nascimento, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Justificar as faltas ao serviço, em conformidade com as disposições legais, bem como conceder as regalias previstas no artigo 148.º e as dispensas previstas no artigo 73.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, que regulamenta a Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, que aprovou o Código do Trabalho, observando os condicionalismos legais;

2 — Aprovar o plano de férias e eventuais alterações, autorizar o seu início e gozo interpolado, nos termos legais, com a obrigatoriedade de dar conhecimento à Sub-Região de Saúde. A autorização de acumulação de férias será sempre da competência do coordenador;

3 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas semelhantes realizadas no País, até ao limite de 15 dias por ano, em comissão gratuita de serviço, nos termos legais e desde que não resultem quaisquer encargos, devendo dar conhecimento à DSAG;

4 — Autorizar o pagamento de despesas incluídas e aceites no âmbito do respectivo fundo de maneo.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de Julho de 2005, ficando, por este meio, ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes agora conferidos, tenham sido praticados desde essa data.

23 de Agosto de 2005. — A Coordenadora, *Isabel Maria Dinis dos Santos Alves Ventura*.

Despacho n.º 19 534/2005 (2.ª série). — No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 15 186/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 132, de 12 de Julho de 2005, do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, e nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, subdelego na técnica superior de serviço social Dr.ª Maria Fernanda Cardoso Nunes Sousa Gomes, no âmbito da sua actividade no Gabinete do Utente e Serviço Social, a competência para assinar os ofícios de envio das cópias de reclamações de utentes, anteriores à fase de instrução de cada reclamação, devendo entregar-me semanalmente relação do seu número, tipo e origem.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de Julho de 2005, ficando, por este meio, ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes agora conferidos, tenham sido praticados desde essa data.

23 de Agosto de 2005. — A Coordenadora, *Isabel Maria Dinis dos Santos Alves Ventura*.

Despacho n.º 19 535/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, subdelego, no período de 29 de Agosto a 16 de Setembro de 2005, as competências que me foram delegadas e subdelegadas pelo despacho n.º 15 186/2005, de 6 de Abril, do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 132, de 12 de Julho de 2005, nos termos seguintes:

1 — Na directora de serviços de Administração Geral, Dr.ª Adelaide Maria Carvalho China, as matérias que integram o conteúdo funcional dos serviços da respectiva Direcção de Serviços, da assessoria jurídica, do Gabinete de Informática, do Gabinete do PIDDAC e do GIP.

2 — Na directora de serviços de Saúde, Dr.ª Maria José Ferreira Ferros Hespánha, as matérias que integram o conteúdo funcional dos serviços da respectiva Direcção de Serviços, da assessoria clínica, dos Serviços de Cuidados de Enfermagem, do Gabinete do Utente, do Gabinete de Planeamento e Bio-Estatística e dos centros de saúde e Centro de Diagnóstico Pneumológico.

23 de Agosto de 2005. — A Coordenadora, *Isabel Maria Dinis dos Santos Alves Ventura*.

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de Santa Maria

Aviso (extracto) n.º 7995/2005 (2.ª série). — Para o cumprimento do n.º 34 do Regulamento dos Concursos de Provedimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração de 18 de Agosto de 2005, foi homologada a lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno geral para o provedimento de cinco lugares de assistente de pediatria da carreira médica hospitalar, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240, de 12 de Outubro de 2004:

	Valores
1.º Ana Margarida do Sameiro Moutinho Neves	18
2.º Dr.ª Maria Helena Domingos de Sousa Loreto	17,7
3.º Dr.ª Ana Paula das Neves Flores Mourato	17,6
4.º Dr.ª Teresa Maria Ferreira Nunes David	17,4
5.º Dr.ª Ana Sofia Mendes Quintas Moreira de Sá	16,9
6.º Dr.ª Maria João Rodrigues Palaré Simões	16,3
7.º Dr.ª Maria do Rosário Trindade Ferreira Marques Ferreira Janeiro	16,1
8.º Dr.ª Lia Ana de Sousa e Silva	16
9.º Dr. Humberto José Borges Vassal	15,9
10.º Dr.ª Amélia Maria de Oliveira e Costa Fernandes Fidalgo	15,5
11.º Dr. José Eduardo Fernandes de Mendonça Esteves da Silva	15,2
12.º Dr. Gonçalo Manuel Rocheta Cassiano Gomes dos Santos	14,9
13.º Dr.ª Ana Isabel Ferreira Bento Antunes Martins da Costa Rocha (a)	14
14.º Dr.ª Maria Dolores de Gouveia Barros (a)	14
15.º Dr. Eduardo Abel Pinto Fernandes	13,9
16.º Dr.ª Sílvia Sofia Dinis Cardoso Marques Afonso	13,3
17.º Dr.ª Vera Lúcia da Costa Pereira Brites Alpendre	11,1

(a) Ao abrigo do n.º 30.2 da secção VII da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

Nos termos do n.º 35 da secção VII da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, os candidatos dispõem de 10 dias úteis a contar a partir da data da publicação da presente lista para recorrer.

Em caso de recurso, a petição deverá ser dirigida ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde e dar entrada neste Hospital no prazo referido.

23 de Agosto de 2005. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria da Conceição Oliveira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Inspecção-Geral da Educação

Despacho n.º 19 536/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, das normas constantes dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e tendo em atenção as competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 11 530/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2005, procedo à subdelegação e delegação no subinspector-geral José Manuel de Sousa Luz Afonso, no que respeita à sua acção no âmbito das actividades e serviços cuja orientação lhe está atribuída, das seguintes competências:

- Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados nas unidades orgânicas sob a sua dependência, excepto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;
- Autorizar a publicação no *Diário da República* dos avisos a notificar aos arguidos com paradeiro desconhecido a instauração de processo disciplinar;
- Instaurar processos de averiguações e decidir as averiguações que concluem pelo arquivamento, quer tenham sido por si instaurados quer pela inspectora-geral ou pelos delegados regionais;
- Nomear os instrutores, inquiridores e averiguantes de processos disciplinares, de inquérito e de averiguações, bem como homologar e nomear secretários dos correspondentes processos;
- Ordenar a reformulação dos processos disciplinares e autorizar a prorrogação dos prazos de instrução previstos no Estatuto Disciplinar;
- Mandar proceder a diligências para informar as queixas e participações apresentadas na Inspecção-Geral da Educação e decidir as que concluem pelo arquivamento;
- Determinar a realização das acções inspectivas e proceder ao seu encaminhamento, nos termos definidos superiormente;
- Assinar o expediente de comunicação com outras entidades, referente a pareceres, processos de serviço e matérias em si delegadas, com excepção dos endereçados a gabinetes de membros do Governo, directores-gerais ou equiparados, reitores e presidentes de institutos politécnicos e responsáveis de entidades nacionais de coordenação;
- Aprovar relatórios das acções inspectivas e proceder ao seu encaminhamento, nos termos definidos superiormente;
- Subdelegar nos funcionários com funções de direcção ou chefia a competência para a prática dos actos abrangidos por este despacho, no todo ou em parte;
- Consideram-se ratificados todos os actos praticados desde 14 de Março de 2005 pelos subinspectores-gerais da educação José Manuel de Sousa Luz Afonso e Maria do Carmo Climaco Pereira de Oliveira, entretanto aposentada, no âmbito definido pelos números anteriores.

18 de Agosto de 2005. — A Inspectora-Geral, *Conceição Castro Ramos*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Instituto de Meteorologia, I. P.

Aviso n.º 7996/2005 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho de 13 de Março de 2005 do presidente do Instituto de Meteorologia, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar na categoria de observador de 1.ª classe, da carreira de observador geofísico, do quadro de pessoal do ex-INMG, anexo à Portaria n.º 506/88, de 28 de Julho.

2 — Prazo de validade — o presente concurso tem a validade de um ano.

3 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 335/81, de 9 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 220/2003, de 20 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 553/99, de 15 de Dezembro;
Portaria n.º 506/88, de 28 de Julho.

4 — Conteúdo funcional — o constante dos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 553/99, de 15 de Dezembro.

5 — Remunerações, condições e local de trabalho — o vencimento é fixado de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 503/99, de 15 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública, e o local de trabalho situa-se em qualquer unidade de trabalho do Instituto de Meteorologia, I. P.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

- a) Satisfazer as condições estabelecidas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Possuir a categoria de observador de 2.ª classe, da carreira de observador geofísico, com, pelo menos, três anos na respectiva categoria classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom*.

7 — Métodos de selecção a utilizar:

7.1 — No presente concurso o método de selecção a utilizar é a avaliação curricular.

7.2 — A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

7.3 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção a utilizar neste concurso, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, dirigido ao presidente do Instituto de Meteorologia, I. P., e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o Instituto de Meteorologia, I. P., sito na Rua C, ao Aeroporto de Lisboa, 1749-077 Lisboa, até ao termo do prazo fixado no n.º 1, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, estado civil, residência e telefone);
- b) Habilitações literárias e profissionais;
- c) Categoria, natureza do vínculo e identificação do serviço a que pertence;
- d) Identificação do concurso objecto da candidatura;
- e) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas enunciados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda apresentar e que sejam relevantes para apreciação do seu mérito.

8.2 — Os requerimentos devem ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado e devidamente assinado;
- b) Documentos autênticos ou autenticados comprovativos das habilitações literárias;
- c) Documentos autênticos ou autenticados comprovativos da formação profissional;
- d) Declaração emitida pelo serviço ou pelo organismo de origem na qual constem a categoria, a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço relativa aos últimos três anos;
- e) Declarações ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea f) do número anterior, sem o que não serão as mesmas consideradas.

8.3 — A declaração referida na alínea d) do número anterior será oficialmente entregue ao júri pela Secção de Pessoal relativamente aos candidatos que pertençam ao quadro de pessoal do ex-INMG, ficando estes igualmente dispensados da apresentação do documento a que se refere a alínea b) desde que o mesmo se encontre arquivado no respectivo processo individual.

9 — Afixação das listas — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 33.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º, bem como nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 38.º e dos n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 40.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Falsas declarações — as falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — Garantia de igualdade de tratamento — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — Registo na bolsa de emprego público (BEP) — de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril, o presente concurso será devidamente registado na BEP.

13 — Composição do júri:

Presidente — Jorge Fonseca Cruz, geofísico assessor.
Vogais efectivos:

- 1.º Dina Montez Vales, geofísica superior principal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.
- 2.º Paulo Martins Alves, geofísico superior de 1.ª classe;

Vogais suplentes:

- 1.º Maria de Lurdes Palma Pinto, observadora especialista de 1.ª classe.
- 2.º Justina Correia, geofísica assessora principal.

29 de Agosto de 2005. — O Presidente, em exercício, *António Dias Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 19 537/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto de Meteorologia, I. P., de 29 de Agosto de 2005:

Marco António de Sousa Nóbrega — nomeado em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, findo o qual será provido definitivamente, caso revele aptidão, na categoria de meteorologista superior de 2.ª classe, da carreira de meteorologista superior, do quadro de pessoal do ex-INMG.

O Instituto de Meteorologia, I. P., obteve, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, a necessária confirmação da declaração do cabimento orçamental. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2005. — O Presidente, em exercício, *António Dias Baptista*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Despacho (extracto) n.º 19 538/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Agosto de 2005:

Elisa Maria Pereira Alves Fernandes da Silva, auxiliar administrativa do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo — concedida a licença sem vencimento, por trinta dias, com início a 1 de Setembro de 2005.

23 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Silvestre Lacerda*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 1510/2005. — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 10 de Agosto de 2005:

Vera Mónica Andrade dos Santos Anselmo — autorizado o contrato a termo certo, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 129.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, para exercer as funções equivalentes a assistente administrativo, com início em 1 de Setembro de 2005, válido por um ano, auferindo a remuneração mensal ilíquida equivalente ao índice 199 do estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública.

26 de Agosto de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Despacho (extracto) n.º 19 539/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Agosto de 2005 do presidente do conselho directivo:

Sandra Maria de Lucena Coutinho Borges, técnica profissional especialista principal, área de arquivo, do Instituto Nacional de Medicina Legal — transferida com a mesma categoria para os Serviços Centrais desta Faculdade (anexo 1), a partir de 1 de Setembro de 2005, considerando-se exonerada do anterior lugar desde aquela data. (Não carece de fiscalização prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

26 de Agosto de 2005. — A Directora de Administração, *Maria José Amaral Sobral*.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Serviços Administrativos

Despacho (extracto) n.º 19 540/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 13 de Agosto de 2005:

Doutor Vítor Daniel Ferreira Franco, professor auxiliar — nomeado definitivamente na mesma categoria com efeitos a 17 de Março de 2005, face à deliberação do conselho científico da área departamental de Ciências Humanas e Sociais, na sessão de 16 de Março de 2005, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório do provimento definitivo do professor auxiliar da Universidade de Évora Doutor Vítor Daniel Ferreira Franco

Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, tendo em conta o pedido apresentado nesse sentido pelo candidato, o conselho científico da área departamental de Ciências Humanas e Sociais regista o seguinte:

1 — Reunido o conselho científico da área departamental, foi submetido à apreciação deste o processo referente ao Doutor Vítor Daniel Ferreira Franco, que requeria o seu provimento definitivo como professor auxiliar.

2 — Os pareceres dos Professores António Castro Fonseca, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, e Adelina Lopes da Silva, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, são ambos positivos do ponto de vista pedagógico e científico.

3 — Após troca de impressões, seguiu-se a votação do provimento solicitado pelo requerente, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

4 — Todos os elementos referidos neste relatório constam da acta da sessão do conselho científico do dia 16 de Março do ano em curso.

17 de Março de 2005. — A Presidente do Conselho Científico da Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais, *Elisa Nunes Esteves*.

18 de Agosto de 2005. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 19 541/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 13 de Agosto de 2005:

Doutor Hélio João Santos Alves, professor auxiliar — face à deliberação do conselho científico da área departamental de Ciências Humanas e Sociais, na sessão de 16 de Março de 2005, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, nomeado definitivamente na mesma categoria com efeitos a 17 de Março de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório de provimento definitivo do professor auxiliar da Universidade de Évora Doutor Hélio João dos Santos Alves

Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, tendo em conta o pedido apresentado nesse sentido pelo candidato, o conselho científico da área departamental de Ciências Humanas e Sociais regista o seguinte:

1 — Reunido o conselho científico da área departamental, foi submetido à apreciação deste o processo referente ao Doutor Hélio João

dos Santos Alves, que requeria o seu provimento definitivo como professor auxiliar.

2 — Os pareceres dos Professores Aníbal Pinto de Castro, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Cristina Almeida Ribeiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, são ambos positivos do ponto de vista pedagógico e científico.

3 — Após troca de impressões, seguiu-se a votação do provimento solicitado pelo requerente, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com uma abstenção e nenhum voto contra.

4 — Todos os elementos referidos neste relatório constam da acta da sessão do conselho científico do dia 16 de Março do ano em curso.

17 de Março de 2005. — A Presidente do Conselho Científico da Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais, *Elisa Nunes Esteves*.

18 de Agosto de 2005. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 19 542/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 13 de Agosto de 2005:

Doutora Maria da Graça Cardoso Luís David Morais, professora auxiliar — nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a 17 de Março de 2005, face à deliberação do conselho científico da área departamental de Ciências Humanas e Sociais, na sessão de 16 de Março de 2005, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório do provimento definitivo da professora auxiliar da Universidade de Évora Doutora Maria da Graça Cardoso Luís David de Morais.

Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, tendo em conta o pedido apresentado nesse sentido pela candidata, o conselho científico da área departamental de Ciências Humanas e Sociais regista o seguinte:

1 — Reunido o conselho científico da área departamental, foi submetido à apreciação deste o processo referente à Doutora Maria da Graça Cardoso Luís David de Morais, que requeria o seu provimento definitivo como professora auxiliar.

2 — Os pareceres dos Professores Francisco Martins Ramos, da Universidade de Évora, e Gilberta Pavão Nunes Rocha, da Universidade dos Açores, são ambos positivos do ponto de vista pedagógico e científico.

3 — Após troca de impressões, seguiu-se a votação do provimento solicitado pelo requerente, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

4 — Todos os elementos referidos neste relatório constam da acta da sessão do conselho científico do dia 16 de Março do ano em curso.

17 de Março de 2005. — A Presidente do Conselho Científico da Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais, *Elisa Nunes Esteves*.

18 de Agosto de 2005. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 19 543/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 23 de Agosto de 2005:

Mestre Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues, assistente desta Universidade — concedida dispensa total de serviço docente para o semestre ímpar do ano lectivo de 2005-2006.

29 de Agosto de 2005. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras

Despacho (extracto) n.º 19 544/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 11 de Agosto de 2005, proferido por delegação do reitor:

Doutor António Manuel Antunes de Matos Ferreira — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer as funções de professor auxiliar convidado, além do quadro, em regime de 40 %, com efeitos a partir de 23 de Junho de 2005,

considerando-se exonerado do lugar anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2005. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, (*Assinatura ilegível.*)

UNIVERSIDADE DO MINHO

Despacho (extracto) n.º 19 545/2005 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Paulo Jorge Freitas de Oliveira Novais, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 7 a 12 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 546/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Isabel Maria Mestre Marques Palmeirim de Alfarra Esteves, professora auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 22 a 24 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 547/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Cristina Manuela Araújo Dias, assistente — concedida equiparação a bolseiro no período de 9 a 13 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 548/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Maio de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciado Secundino Vigón Artos, leitor — concedida equiparação a bolseiro nos dias 6 e 7 de Maio de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 549/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Joanne Madin Vieira Paisana, professora auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 24 de Junho a 2 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 550/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Rebecca Kirstein Harwood, leitora — concedida equiparação a bolseiro pelo período de 12 dias, com início em 7 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 551/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Licenciada Helena Paula Abreu de Carvalho, assistente — pelo período de 22 dias, com início em 27 de Junho de 2005.

Licenciado José Manuel Morais Lopes Cordeiro, assistente convidado — no período de 4 a 10 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 552/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Manuel Carlos Ferreira Silva, professor associado com agregação — concedida equiparação a bolseiro nos períodos de 21 a 26 e de 27 a 29 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 553/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Maria Helena Costa Carvalho Sousa, professora associada — concedida equiparação a bolseiro no período de 23 a 29 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 554/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Licenciada Maria Alexandra Jesus Lázaro, assistente — pelo período de 15 dias, com início em 23 de Junho de 2005.

Licenciada Alice Maria Delerue Alvim de Matos, assistente — no período de 17 a 21 de Setembro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 555/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Manuel Joaquim da Silva Pinto, professor associado — concedida a equiparação a bolseiro no dia 30 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 556/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Julho de 2005 do presidente do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Paula Virgínia de Azevedo Bessa, assistente — concedida a equiparação a bolseiro no período de 8 a 14 de Agosto de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 557/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Dalila Maria Brito da Cunha Lino, assistente — concedida a equiparação a bolseiro no período de 13 a 20 de Março de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 558/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Maio de 2005 do presidente do Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Dalila Maria Brito da Cunha Lino, assistente — concedida a equiparação a bolseiro no período de 22 a 28 de Maio de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 559/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Maria Alexandra de Oliveira Gomes, professora auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 20 a 22 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 19 560/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Ana Maria Tomás de Almeida, professora associada — concedida a equiparação a bolseiro no período de 24 a 28 de Agosto de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 561/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Ciências, da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor João Carlos Ramos Nunes Marcos, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 18 a 24 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 562/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Ciências, da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Mário Jorge Dias Zamith Silva, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 4 a 8 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 563/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Ciências, Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria Jesus Matos Gomes, professora associada com agregação — no período de 9 a 14 de Setembro de 2005.

Doutora Maria Manuela da Silva Pires da Silva — professora auxiliar — no período de 25 de Setembro a 1 de Outubro de 2005.

Doutor João Paulo Rodrigues Fernandes André, professor auxiliar — no período de 22 a 28 de Julho de 2005.

Doutor Oleksiy Karlovych, professor convidado equiparado a professor auxiliar — no período de 23 a 29 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 564/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Ciências, Universidade do Minho, por delegação:

Licenciado Jorge Manuel Martins Jorge, assistente — concedida a equiparação a bolseiro no período de 5 a 7 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 565/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Ciências da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Vasco Manuel Pinto Teixeira, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 13 a 17 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 566/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Ciências da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Luís António Carvalho Gachineiro Cunha, professor auxiliar — no período de 27 a 31 de Julho de 2005.

Doutor Senen Lanceros Mendez, professor auxiliar — no período de 27 a 31 de Julho de 2005.

Doutora Cacilda Maria Lima de Moura, professora auxiliar — no período de 27 a 31 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 567/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Ciências

da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Etelvina de Matos Gomes, professora associada — no período de 29 de Julho a 4 de Agosto de 2005.

Doutora Anabela Gomes Rolo, professora auxiliar — no dia 12 de Julho de 2005.

Doutora Maria de Fátima Guimarães Cerqueira, professora auxiliar — no dia 12 de Julho de 2005.

Licenciada Maria Conceição Soares Serra, assistente — no período de 23 a 29 de Julho de 2005.

Licenciada Cláudia Isabel Machado Horta, assistente — no período de 16 a 21 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 568/2005 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Ciências da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Maria Fernanda Jesus Rego Paiva Proença, professora catedrática — concedida equiparação a bolseiro no período de 31 de Julho a 5 de Agosto de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 569/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida dispensa de serviço docente, aos docentes a seguir mencionados:

Licenciado José Manuel González Meijome, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciada Carolina Paula Baptista Ribeiro, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciada Maria Madalena da Cunha Faria de Lira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

22 de Agosto de 2005. — O Director de serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 570/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor José António Couto Teixeira, professor catedrático — concedida equiparação a bolseiro no período de 15 a 18 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 571/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Celina Maria Godinho da Silva Pinto Leão, professora auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 24 a 29 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 572/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor António Augusto Magalhães da Cunha, professor catedrático — no período de 20 a 23 de Julho de 2005.

Doutor Goran Putnik, professor associado — no período de 22 a 26 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 573/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José Manuel Cardoso Teixeira, professor associado — no período de 1 a 8 de Julho de 2005.

Doutor Paulo Manuel Martins de Carvalho, professor auxiliar — no período de 26 de Junho a 1 de Julho de 2005.

Doutor Rui Manuel Ribeiro Castro Mendes, professor auxiliar — nos dias 5 e 6 de Junho de 2005.

Licenciada Maria Solange Pires Ferreira Rito Lima, assistente — no período de 26 de Junho a 1 de Julho de 2005.

Licenciado José Pedro Garcia Oliveira, assistente convidado — no período de 22 a 26 de Junho de 2005.

Licenciado Pedro Miguel Félix Alípio, assistente convidado — no período de 26 de Junho a 1 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 574/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Anabela Pereira Tereso, professora auxiliar — pelo período de 15 dias, com início em 8 de Julho de 2005.

Doutor José Orlando Roque Nascimento Pereira, professor auxiliar — no período de 24 de Junho a 2 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 575/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Maria Olívia Baptista de Oliveira Pereira, professora auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 30 de Junho a 3 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 576/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José Fernando Gomes Mendes, professor catedrático — no período de 11 a 15 de Setembro de 2005.

Doutor Jaime Isidoro Naylor da Rocha Gomes, professor catedrático — no período de 9 a 14 de Julho de 2005.

Doutor José Fernando Gomes Mendes, professor catedrático — no período de 23 de Setembro a 1 de Outubro de 2005.

Doutor José Manuel Vasconcelos Valério de Carvalho, professor catedrático — no período de 13 a 18 de Setembro de 2005.

Doutor Alberto Sérgio Sá Rodrigues Miguel, professor convidado equiparado a professor catedrático — no dia 18 de Maio de 2005.

Doutor José Carlos Fernandes Teixeira, professor associado — pelo período de 16 dias, com início em 14 de Julho de 2005.

Doutor Rui António Rodrigues Ramos, professor auxiliar — no período de 23 de Setembro a 1 de Outubro de 2005.

Doutor António Augusto Martins Oliveira Soares Vicente, professor auxiliar — nos dias 5 e 6 de Julho de 2005.

Doutor Cláudio Manuel Martins Alves, professor auxiliar — no período de 13 a 18 de Setembro de 2005.

Licenciado Daniel Souto Rodrigues, assistente — no período de 23 de Setembro a 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Lígia Maria Marques Oliveira Torres Silva, assistente — no período de 23 de Setembro a 1 de Outubro de 2005.

Licenciado André Moura Leitão Cerejeira Fontes, assistente convidado — no período de 23 de Setembro a 1 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 577/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Paulo António Alves Pereira, professor catedrático — no período de 14 a 20 de Agosto de 2005.

Doutor Alexandre Júlio Teixeira Santos, professor associado — nos dias 7 e 8 de Julho de 2005.

Doutor José Manuel Cardoso Teixeira, professor associado — no período de 5 a 7 de Junho de 2005.

Doutora Senhorinha de Fátima Capela Fortunas Teixeira, professora associada — pelo período de 16 dias, com início em 14 de Julho de 2005.

Doutor António Fernando Macedo Ribeiro, professor associado — pelo período de 12 dias, com início em 9 de Julho de 2005.

Doutor José Manuel Ferreira Machado, professor auxiliar — pelo período de 23 dias, com início em 10 de Julho de 2005.

Doutor Miguel Francisco Almeida Pereira Rocha, professor auxiliar — nos dias 5 e 6 de Julho de 2005.

Doutor João Filipe Colardelle da Luz Mano, professor auxiliar — no período de 7 a 13 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 578/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Ana Cristina da Luz Broega, assistente — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 15 dias, com início em 10 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 579/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foram concedidas equiparações a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José Manuel Pereira Vieira, professor catedrático — no período de 23 a 29 de Julho de 2005.

Doutor Rui Carlos Mendes de Oliveira, professor associado — no período de 11 a 12 de Julho de 2005.

Doutor Paulo Jorge Freitas de Oliveira Novais, professor auxiliar — no período de 24 a 29 de Setembro de 2005.

Doutor José Francisco Creissac Freiutas de Campos, professor auxiliar — no período de 12 a 16 de Julho de 2005.

Doutor Luís Manuel Dias Coelho Soares Barbosa, professor auxiliar — no período de 9 a 15 de Julho de 2005.

Doutor Carlos Miguel Ferraz Baquero Moreno, professor auxiliar — pelo período de 13 dias, com início em 16 de Julho de 2005.

Doutor Pedro Miguel Ferreira Martins Arezes, professor auxiliar — no período de 6 a 12 de Agosto de 2005.

Doutor Zlatan Zlatev Dentchev, professor auxiliar — no período de 23 a 28 de Julho de 2005.

Doutora Isabel Maria Pinto Ramos, professora auxiliar — no período de 7 a 11 de Setembro de 2005.

Licenciado Manuel Eduardo Cardoso Ferreira, assistente — no período de 14 a 22 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 580/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foram concedidas equiparações a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José Nuno Fonseca Oliveira, professor associado — no período de 17 a 22 de Julho de 2005.

Doutor José Manuel Ferreira Machado, professor auxiliar — no período de 24 a 29 de Setembro de 2005.

Doutora Olga Maria Gomes Martins Pacheco, professora auxiliar — no período de 17 a 20 de Julho de 2005.

Licenciada Graça de Fátima Moreira de Vasconcelos, assistente — no período de 11 a 15 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 581/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Rui Carlos Mendes de Oliveira, professor associado — concedida equiparação a bolseiro no período de 24 de Junho a 2 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 582/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Abril de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciado António Rui Silva Gomes, assistente — concedida a equiparação a bolseiro no período de 2 a 9 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 583/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Laurinda Sousa Ferreira Leite, professora associada com agregação — em 28 de Junho de 2005.

Doutor Carlos Alberto Vilar Estêvão, professor associado com agregação — no período de 21 a 27 de Junho de 2005.

Doutor José Alberto Gomes Precioso, professor auxiliar — no período de 6 a 11 de Setembro de 2005.

Licenciada Isabel Maria da Torre Carvalho Viana, assistente — no período de 5 a 12 de Setembro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 584/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor José Ferreira Alves, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 25 a 2 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 585/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação, foram concedidas equiparações a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Leandro Silva Almeida, professor catedrático — no período de 3 a 6 de Julho de 2005.

Licenciada Vera Lúcia Barbosa Araújo Soares, assistente — no período de 4 a 10 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 586/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Isabel Maria Costa Soares, professora associada com agregação — no período de 6 a 9 de Julho de 2005.

Doutor Jorge Manuel Ferreira Almeida Santos, professor associado com agregação — no período de 5 a 10 de Julho de 2005.

Doutora Maria Conceição Abreu Ramalho Almeida, professora associada — no período de 26 de Junho a 4 de Julho de 2005.

Doutora Lia Raquel Moreira Oliveira, professora auxiliar — no período de 5 a 9 de Julho de 2005.

Doutora Eugénia Maria Ribeiro Pereira Fernandes, professora auxiliar — no período de 3 a 8 de Julho de 2005.

Doutora Maria Iolanda Ferreira da Silva Ribeiro, professora auxiliar — no período de 4 a 9 de Julho de 2005.

Doutor Jorge Manuel Amaral Silvério, professor auxiliar — no período de 5 a 6 de Julho de 2005.

Doutor Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque, professor auxiliar — no período de 28 de Agosto a 4 de Setembro de 2005.

Doutor Manuel Gonçalves Barbosa, professor auxiliar — no período de 19 a 23 de Setembro de 2005.

Licenciada Maria José Manso Casa Nova, assistente — no período de 5 a 10 de Julho de 2005.

Licenciado José António Martin Moreno Afonso, assistente — no período de 4 a 9 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 587/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, professor associado com agregação — no período de 4 a 10 de Julho de 2005.

Doutora Maria Teresa Pereira Coelho Mendonça McIntyre, professora associada com agregação — no período de 29 de Agosto a 4 de Setembro de 2005.

Doutora Clara Maria Gil Ferreira Fernandes Pereira Coutinho, professora auxiliar — no período de 12 a 19 de Julho de 2005.

Doutor Jorge Manuel Amaral Silvério, professor auxiliar — no período de 14 a 17 de Julho de 2005.

Doutora Maria Conceição Oliveira Carvalho Nogueira, professora auxiliar — no período de 2 a 7 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 588/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Julho de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Isabel Flávia Gonçalves Fernandes Ferreira Vieira, professora associada — concedida equiparação a bolseiro no período de 7 a 11 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 589/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Julho de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Teresa Margarida Moreira Freire Barbas Albuquerque, professora auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 11 a 16 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 590/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Julho de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Maria de Fátima Neves Guerreiro Sequeira, professora catedrática — concedida equiparação a bolseiro no período de 12 a 18 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 591/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Julho de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Pedro José Sales Luís Fonseca Rosário, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 17 a 20 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 592/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Cristina Alexandra de Oliveira Amado, assistente — concedida a equiparação a bolseiro sem vencimento pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Joana Sacramento Girante, assistente — concedida a equiparação a bolseiro sem vencimento pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 593/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Junho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutora Ana Vera Alves Machado, professora auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 15 dias, com início em 3 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 594/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Junho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria da Graça Ferreira Simões de Carvalho, professora catedrática — no período de 2 a 6 de Julho de 2005.

Doutor Luís Alfredo Martins do Amaral, professor associado — no período de 20 a 23 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 595/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor António Augusto Magalhães da Cunha, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro no período de 5 a 10 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 596/2005 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Paulo António Alves Pereira, professor catedrático — pelo período de 17 dias, com início em 1 de Setembro de 2005.
Doutor João Manuel Formosinho Sanches Simões, professor catedrático — no período de 7 a 11 de Julho de 2005.

Doutor Paulo António Alves Pereira, professor catedrático — no período de 24 a 30 de Setembro de 2005.

Doutora Júlia de Fátima Domingues Basto Oliveira, professora associada — no período de 7 a 11 de Julho de 2005.

Doutor António Augusto Martins de Oliveira Soares Vicente, professor auxiliar — no período de 13 a 19 de Agosto de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 597/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Rui Luís Gonçalves dos Reis, professor associado — concedida equiparação a bolseiro no período de 10 a 18 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 598/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria de Fátima Guimarães Cerqueira, professora auxiliar — pelo período de 31 dias, com início em 28 de Setembro de 2005.

Licenciado Manuel Filipe Pereira Cunha Martins Costa, assistente convidado — no período de 11 a 19 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 599/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Orlando Alfred Arnold Grossegasse, professor associado — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 15 dias, com início em 27 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 600/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Joseph Eugene Mullin, professor associado — concedida a equiparação a bolseiro no período de 29 de Junho a 3 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 601/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Julho de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor João Manuel Cardoso Rosas, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 4 a 6 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 602/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria Teresa Jacinto Sarmento Pereira, professora auxiliar — no período de 13 a 17 de Setembro de 2005.

Licenciada Natália Fernandes Soares, assistente — no período de 11 a 13 de Julho de 2005.

Licenciada Isabel Margarida Oliveira Guimarães Maia, docente no âmbito da formação inicial/requisitada — no período de 19 a 21 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 603/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Junho de 2005 do presidente do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Maria Isabel Tavares Candeias da Silva, docente no âmbito da formação inicial — requisitada no período de 19 a 21 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 604/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Julho de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida a equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Álvaro Iriarte Sanromán, professor auxiliar — no período de 8 a 12 de Julho de 2005.

Licenciado Onno Andreas Franciscus Haar, leitor — pelo período de 15 dias, com início em 15 de Julho de 2005.

Licenciado Carlos Pazos Justo, leitor — no período de 18 a 23 de Julho de 2005.

Licenciado Onno Andreas Franciscus Haar, leitor — pelo período de 10 dias, com início em 1 de Setembro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 605/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Julho de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Florence Jacqueline Nys, leitora — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 19 dias, com início em 28 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 606/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Julho de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria da Penha Campos Fernandes, professora associada — no período de 17 a 24 de Julho de 2005.

Licenciada Lúcia Maria Pinto Loureiro, leitora — no período de 25 de Junho a 3 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 607/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Abril de 2005 do presidente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Natália Maria Sá Figueiredo Pimenta Monteiro, professora auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 9 a 16 de Maio de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 608/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Maio de 2005 do presidente da Escola de Economia e Gestão, da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Laura Cristina Ferreira Pereira, professora auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 20 a 28 de Maio de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 609/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Junho de 2005 do presidente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Ana Maria Santos Costa Soares, professora auxiliar — no período de 5 a 10 de Julho de 2005.

Doutora Isabel Maria Ferraz Cordeiro, professora auxiliar — no período de 5 a 10 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 610/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Orlando Petiz Pereira, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 7 a 10 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 611/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Manuel Gonçalves Martins, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro no período de 18 a 23 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 612/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Julho de 2005 do presidente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Licenciado Miguel Ângelo Reis Portela, assistente — no período de 1 a 4 de Agosto de 2005.

Licenciada Carla Angélica da Silva Pinto de Sá, assistente — no período de 1 a 4 de Agosto de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 613/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Junho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor João Manuel Luís Lopes Maia, professor associado — concedida a equiparação a bolseiro no período de 21 a 24 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 614/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Junho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria Isabel Pontes Correia Neves, professora auxiliar — pelo período de 80 dias, com início em 26 de Junho de 2005.

Doutor Pier Parpot, professor auxiliar — pelo período de 78 dias, com início em 26 de Junho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 615/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Junho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutora Olga Machado de Sousa Carneiro, professora associada — concedida a equiparação a bolseiro no período de 29 de Junho a 6 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 616/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida dispensa de serviço docente aos docentes a seguir mencionados:

Licenciada Idalete Maria da Silva Dias, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Rita Roque Gameiro Tenreiro Patrício Teixeira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Micaela Dias Pereira Ramon Moreira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Anabela Leal de Barros, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Íris Susana Pires Pereira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Zélia Ferreira Caçador Anastácio, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Anabela Cruz dos Santos, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Ema Paula Botelho da Costa Mamede, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Glória Parra Santos Solé, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Emília Pereira Fernandes, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Ana Cristina Brandão Fernandes, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Ana Alexandra Ramos Caria Pereira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 617/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida licença sabática às docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria Engrácia Leandro, professora catedrática — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Paula Cristina Almeida Remoaldo, professora associada — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Maria Helena Costa de Carvalho e Sousa, professora associada — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Maria Marta Lobo Araújo, professora auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Doutora Maria Manuela Mestre Marques Palmeirim, professora auxiliar — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 618/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida licença sabática às docentes a seguir mencionados:

Doutora Júlia Fátima Domingues Basto Oliveira, professora associada — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Maria Luísa Garcia Alonso, professora associada — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Linda Rosa Fonseca Gonçalves Veiga, professora associada — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Ana Maria Tomás de Almeida, professora associada — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Doutora Elisa Maria Maia da Silva Lessa, professora associada — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Sílvia Manuela Monteiro Alves Pereira Lima, professora auxiliar — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Alice Maria Esteves Dias, professora auxiliar — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Cristina Maria Soeiro Matos, professora auxiliar — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Maria Paula Freitas Sousa Mendes Martins, professora auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutor Maria Manuela da Silva Pires da Silva, professora auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Maria Elvira Costa Madeira de Lima, professora auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutora Maria Judite Alves da Costa e Almeida, professora auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 619/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida licença sabática aos docentes a seguir mencionados:

Doutor João Manuel Formosinho Sanches Simões, professor catedrático — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutor Manuel José Jacinto Sarmiento Pereira, professor associado — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutor Rui Manuel Silva Ralha, professor associado — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutor Francisco José Alves Coelho Veiga, professor associado — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutor Bernardo Gonçalves Almeida, professor auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutor Diamantino Manuel Insua Pereira, professor auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Doutor António José Guerreiro de Brito, professor auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutor Rui Manuel Peixoto Tavares, professor auxiliar — pelo período de seis meses, com início em 1 de Abril de 2006.

Doutor José Carlos Cruz da Costa, professor auxiliar — pelo período de seis meses, com início em 1 de Março de 2006.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 620/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Outubro de 2004 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Maria Madalena da Cunha Faria de Lira, assistente — concedida a dispensa de serviço docente pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 621/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida dispensa de serviço docente aos docentes a seguir mencionados:

Licenciada Maria Fernanda dos Santos Martins, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Marlene Alexandra Veloso de Matos, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Helena Silva de Sousa Martinho, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Custódia Alexandra Almeida Martins, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado José Luís de Jesus Coelho da Silva, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado José António Martin Moreno Afonso, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Floriano Augusto Veiga Viseu, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 622/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida dispensa de serviço docente aos docentes a seguir mencionados:

Licenciada Ana Cristina da Luz Broega, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Cristina Maria dos Santos Rodrigues, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Isabel Alexandra Costa Pinho do Espírito Santo, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Isabel Brito Valente, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Paula Fernanda Varandas Ferreira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciada Lígia Maria Marques de Oliveira Torres Silva, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciada Delfina Fernanda Moreira Garcês de Sá Soares, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciada Sandra Maria Gomes Monteiro da Silva, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciado Sérgio Adriano Fernandes Lopes, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciado Sérgio Paulo Carvalho Monteiro, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Paulo Jorge Ramísio Pernagorda, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciado Paulo Sérgio Lima Pereira Afonso, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 623/2005 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor António Gomes Correia, professor catedrático — pelo período de 17 dias, com início em 2 de Setembro de 2005.

Doutor Paulo António Alves Pereira, professor catedrático — no período de 3 a 9 de Outubro de 2005.

Doutor Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira, professor associado com agregação — pelo período de 30 dias, com início em 21 de Julho de 2005.

Doutor João Luís Lopes Maia, professor associado — no período de 22 a 27 de Julho de 2005.

Licenciada Maria Isabel da Rocha Ferreira Caiado, assistente — no período de 22 a 28 de Agosto de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 624/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria da Graça Ferreira Simões de Carvalho, professora catedrática — pelo período de 10 dias, com início em 21 de Julho de 2005.

Doutor Nelson Manuel Viana da Silva Lima, professor catedrático — pelo período de 10 dias, com início em 21 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 625/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro pelo período de 11 dias, com início em 19 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 626/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida licença sabática aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José António Brandão Soares de Carvalho, professor associado — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutor Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas, professor auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutor Carlos Alberto Gomes, professor auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Ana Amélia Costa da Conceição Amorim Soares de Carvalho, professora auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutora Eugénia Maria Ribeiro Pereira Fernandes, professora auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Doutora Maria de Lourdes da Trindade Dionísio, professora auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 627/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida licença sabática aos docentes a seguir mencionados:

Doutor António Alberto Cabeço Silva, professor catedrático — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.
Doutora Maria Teresa Sousa Pessoa de Amorim, professora associada com agregação — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutora Senhorinha de Fátima Capela Fortunas Teixeira, professora associada — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutora Noémia Maria Ribeiro de Almeida Carneiro Pacheco, professora associada — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutora Maria Manuela da Silva Torres Matos Neves, professora associada — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutora Maria da Graça Pinto Ribeiro Guedes, professora auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Doutor António Alberto Cabeço Silva, professor catedrático — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutor José António Couto Teixeira, professor catedrático — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutor Pedro Nuno Ferreira Pinto de Oliveira, professor associado com agregação — pelo período de seis meses, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutor Fernando Manuel Coutinho Tavares de Pinho, professor associado com agregação — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Doutor Said Jalali, professor associado com agregação — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutor Orlando Manuel de Oliveira Belo, professor associado — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutor Jaime Carlos Luzia Ferreira da Silva, professor associado — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutor José Manuel Ramos Gomes, professor associado — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutor José Higinio Gomes Correia, professor associado — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 628/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida licença sabática aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Fernando Carlos Cabrita Romero, professor auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutor Paulo Manuel Martins de Carvalho, professor auxiliar — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Doutor Luís Paulo Peixoto dos Santos, professor auxiliar — pelo período de seis meses, com início em 1 de Setembro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 629/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida dispensa de serviço docente aos docentes a seguir mencionados:

Licenciado João Pedro Mendonça de Assunção da Silva, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciado Tiago Filipe da Silva Miranda, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciado José Luís Ferreira da Silva Ramos, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciado Jorge Manuel Gonçalves Branco, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciado Luís Miguel Valente Gonçalves, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciado Jorge Vaz de Oliveira e Sá, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Salvador José Esteves Dias, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 630/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida dispensa de serviço docente aos docentes a seguir mencionados:

Licenciada Maria do Carmo Franco Ribeiro, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Sandra Cristina dos Santos Monteiro Marinho, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Helena Martins da Costa Pires, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Eugénia da Costa Pereira Rodrigues, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Ana Maria Pereira Duarte, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Ana Francisca Araújo Rodrigues de Azevedo e Silva, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Silvana Ferreira da Silva Mota Ribeiro, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Teresa Augusta Ruão Correia Pinto, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Cristina Antónia Lapa Cerqueira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado António José Bento Gonçalves, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciado Francisco da Silva Costa, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 631/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida dispensa de serviço docente, aos docentes a seguir mencionados:

Licenciado Jorge Manuel Martins Jorge, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciado Ricardo Jorge Magalhães de Abreu Santos Sousa, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Gilberto Ramos Loureiro, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado José António de Almeida Crispim, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciado Paulo Alexandre da Silva Pereira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado José Joaquim Martins Oliveira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciado José Manuel Ribeiro Oliveira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciado Paulo Jorge Reis Mourão, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciado Pedro Jorge Monteiro Bandeira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Eduardo Jorge Cabral dos Santos Fernandes, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Francisco Manuel Gomes Costa Ferreira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Serafim Pedro Madeira Froufe, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado João Sérgio Feio Antunes Ribeiro, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Pedro Miguel Páscoa Santos Martins, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 632/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida dispensa de serviço docente aos docentes a seguir mencionados:

Licenciado Paulo Idalino Balça Varela, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Carlos Manuel Ribeiro da Silva, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado António Manuel Gonçalves Baptista, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Pedro Magalhães Sousa Vieira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Teresa Soares Pereira, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Gina Maria Gaio dos Santos, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Delfina Rosa da Rocha Gomes, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Marta Susana Ribeiro Ferreira, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciada Lídia Cristina Alves Morais de Oliveira, assistente — pelo período de seis meses, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Sandra Dias Fernandes, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Íris Patrícia Teixeira de Castro Neves Barbosa, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciado Marieta Alexandra Moreira Matos Valente, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciada Cristina Maria Silva Cerqueira Leal, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciado Priscila Andrea Marques Ferreira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 633/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida dispensa de serviço docente às docentes a seguir mencionados:

Licenciada Maria Suzana Freitas de Sousa Mendes Gonçalves, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria do Rosário Ribeiro Fernandes, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Sofia Oliveira Lopes, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Conceição Soares Serra, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Ana Luísa Jardim Martins Rodrigues, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Sara Raquel Duarte Reis da Silva, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2005.

Licenciada Anabela Susana de Sousa Gonçalves, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria de Assunção André Coelho Dias da Silva do Vale Pereira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Cristina Manuela Araújo Dias, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Eva Sónia Moreira da Silva, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Miguel Rocha Morais de Carvalho Castro Martins, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Irene da Silva Ferreira Gomes, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Isabel Helbling Menéres Campos, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Teresa Alexandra Coelho Moreira, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Março de 2006.

Licenciada Cristina Maria Moreira Flores, assistente — pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 19 634/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Engenheiro Rui Pedro Araújo Sá — autorizada a denúncia do contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidado com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Rectificação n.º 1543/2005. — Por ter sido publicada com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, a p. 9143, a equiparação a bolsheiro do Doutor Carlos José Cabral Cardoso, professor associado com agregação, rectifica-se que onde se lê «Carlos José Carlos Cardoso» deve ler-se «Carlos José Cabral Cardoso».

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Rectificação n.º 1544/2005. — Por ter sido publicada com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, a p. 9143, a equiparação a bolsheiro da Doutora Maria do Céu de Pinho Ferreira Pinto, professora auxiliar, rectifica-se que onde se lê «Maria Céu Pinho Pinto» deve ler-se «Maria do Céu de Pinho Ferreira Pinto».

22 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Rectificação n.º 1545/2005. — Por ter saído com inexactidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 2 de Agosto de 2005, a p. 11 061, o despacho (extracto) n.º 16 709/2005 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Pedro José Ermida Portela [...] 15 de Setembro de 2005» deve ler-se «Pedro José Ermida Figueiredo Fernandes Portela [...] 16 de Setembro de 2005».

24 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Rectificação n.º 1546/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 2 de Agosto de 2005, a p. 11 061, o despacho (extracto) n.º 16 709/2005 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Licenciada Teresa Maria Sousa Mora» deve ler-se «Licenciada Teresa Maria Sousa Araújo Pereira Mora».

24 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Rectificação n.º 1547/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto de 2005, a p. 11 449, o despacho (extracto) n.º 17 306/2005 (2.ª série), referente ao Doutor Luís Armando Canhoto Neves, adita-se «considerando-se rescindido o contrato anterior na categoria de assistente com efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2005».

24 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Rectificação n.º 1548/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto de 2005, a p. 11 449, o despacho (extracto) n.º 17 310/2005 (2.ª série), referente à Doutora Ana Maria Alves Coutinho da Rocha, adita-se «considerando-se rescindido o contrato anterior na categoria de assistente com efeitos a partir de 28 de Abril de 2005».

24 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Rectificação n.º 1549/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 2 de Agosto de 2005, a p. 11 060, o despacho (extracto) n.º 16 702/2005 (2.ª série), referente ao licenciado António Rui Braga Lemos Soares, rectifica-se que onde se lê «contrato administrativo de provimento como professor auxiliar» deve ler-se «contrato administrativo de provimento como assistente».

24 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Escola Nacional de Saúde Pública

Aviso n.º 7997/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Maria Alice Dias Azevedo, técnica profissional especialista de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Escola Nacional de Saúde Pública — nomeada técnica profissional especialista principal do

mesmo quadro, com efeitos à data da publicação no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2005. — O Director, *Fernando Manuel Santos Galvão de Melo*.

Aviso n.º 7998/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Maria Virgínia Leal Rodrigues Pinto, técnica profissional especialista de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Escola Nacional de Saúde Pública — nomeada técnica profissional especialista principal do mesmo quadro, com efeitos à data da publicação no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2005. — O Director, *Fernando Manuel Santos Galvão de Melo*.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho n.º 19 635/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Agosto de 2005 do director, proferido por delegação de competências:

Doutora Maria do Rosário Pericão Costa Pimentel, professora auxiliar desta Faculdade — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro, durante o período compreendido entre 27 de Agosto e 10 de Setembro de 2005.

18 de Agosto de 2005. — O Director, *João Sáaqua*.

Despacho n.º 19 636/2005 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Agosto de 2005 do director, proferido por delegação de competências:

Doutor Luís Manuel Aires Ventura Bernardo, professor auxiliar desta Faculdade — autorizada equiparação a bolseiro no estrangeiro durante o período compreendido entre 28 de Agosto e 9 de Setembro de 2005.

22 de Agosto de 2005. — O Director, *João Sáaqua*.

Despacho n.º 19 637/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Mestre Ana Isabel de Sá Caessa, assistente convidada a 20 % na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidada a 20 % na mesma Faculdade, em regime de acumulação, por um ano, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005, após a cessão do anterior contrato. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2005. — O Director, *João Sáaqua*.

Faculdade de Economia

Despacho n.º 19 638/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Doutor Nuno Alexandre de Carvalho Martins — contratado em regime de contrato administrativo de provimento como professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial (30 %), por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Fevereiro de 2005, por um ano. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2005. — A Secretária, em substituição, *Carmelinda de Campos Machado Fernandes*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Economia

Despacho n.º 19 639/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Agosto de 2005 do vice-presidente do conselho directivo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, no exercício de subdelegação de competências concedida pelo director:

Doutor Carlos José Gomes Pimenta, professor catedrático desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 29 de Agosto a 25 de Setembro.

26 de Agosto de 2005. — A Chefe de Secção, *Eugénia Melo*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 19 640/2005 (2.ª série). — Ao abrigo das competências em mim delegadas pelo reitor, designo os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de agregação no domínio de Química pela Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior Técnico, requeridas pela Doutora Maria Amélia Loureiro dos Santos Seabra:

Presidente — Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.
Vogais:

Doutor Carlos Frederico de Gusmão Campos de Galdes, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor Baltazar Manuel Romão de Castro, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Doutora Ana Maria Félix Trindade Lobo, professora catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Jorge Carreira Gonçalves Calado, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor José Pias Lopes da Silva, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Luís Joaquim Alcácer, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutora Sílvia Marília de Brito Costa, professora catedrática do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Alberto Romão Dias, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Armando José Latourrette de Oliveira Pombeiro, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutora Maria de Lurdes Taveira Sadler Simões Gonçalves, professora catedrática do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor José Manuel Gaspar Martinho, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor António Luís Vieira de Andrade Maçanita, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor João Pedro Estrela Rodrigues Conde, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

22 de Agosto de 2005. — O Vice-Reitor, *R. Bruno de Sousa*.

Faculdade de Medicina Veterinária

Despacho n.º 19 641/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa de 25 de Agosto de 2005, proferido por delegação de competências:

Fernando Pereira Rodrigues — nomeado provisoriamente, precedendo concurso externo, motorista de transportes colectivos do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária, escalão 1, índice 175. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Morgado Tavares*.

Edital n.º 790/2005 (2.ª série). — A presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, ao abrigo da competência que lhe foi conferida, por delegação, faz saber que se encontra aberto concurso documental, pelo período de 30 dias contados do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, para provimento no quadro de pessoal docente da Faculdade de Medicina Veterinária de uma vaga de professor catedrático na área científica de Segurança Alimentar. Em conformidade com os artigos 37.º, 38.º, 40.º, 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela

Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e o despacho n.º 5934/2004 (2.ª série), de 25 de Março, observar-se-ão as seguintes disposições:

1 — Ao concurso poderão apresentar-se:

- a) Os professores catedráticos do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;
- b) Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade, desde que tenham sido aprovados em provas públicas de agregação e contem, pelo menos, três anos de efectivo serviço docente na categoria de professor associado ou na qualidade de professor convidado, catedrático ou associado;
- c) Os professores convidados, catedráticos ou associados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade que tenham sido aprovados em provas públicas de agregação e contem, pelo menos, três anos de efectivo serviço docente como professores ou professores convidados daquelas categorias.

2 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

- a) Documento comprovativo de estarem nas condições exigidas em qualquer das alíneas do n.º 1;
- b) Trinta exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com a indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas. Facultativamente, poderão apresentar nota de quaisquer serviços prestados à ciência e ao ensino (trabalhos de divulgação, etc.);
- c) Certidão do registo de nascimento;
- d) Bilhete de identidade ou pública-forma;
- e) Certidão do registo criminal;
- f) Atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área de residência do interessado comprovativo de não sofrer de doença contagiosa e de possuir robustez necessária para o exercício do cargo;
- g) Certificado, passado por dispensário oficial antituberculoso, comprovativo de ausência de tuberculose evolutiva e resultado da prova tuberculínica ou vacinação BCG;
- h) Documento comprovativo de ter satisfeito as leis do recrutamento militar;
- i) Quaisquer outros elementos relevantes que ilustrem a sua aptidão para o exercício do cargo a prover e que o interessado entenda dever apresentar para o efeito.

Os documentos a que aludem as alíneas c) a h) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas, bem como proceder às indicações seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e local de nascimento;
- d) Estado civil;
- e) Profissão;
- f) Residência.

3 — A Faculdade de Medicina Veterinária comunicará aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho de admissão ou não admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições para tal estabelecidas.

3.1 — Após a admissão dos candidatos ao concurso, deverão estes entregar, nos 30 dias subsequentes ao da recepção do despacho de admissão, dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no seu *curriculum vitae*.

4 — Na primeira reunião do júri, constituído nos termos do artigo 45.º e do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, que terá lugar nos 30 dias imediatos ao da publicação no *Diário da República* do referido júri, será analisada e discutida a admissão ou a exclusão dos candidatos.

5 — A ordenação dos candidatos ao concurso fundamentar-se-á no mérito científico e pedagógico do *curriculum vitae* de cada um deles.

6 — O preceituado nos números anteriores encontra fundamento legal no n.º 1 do artigo 44.º, nos artigos 45.º, 47.º, 48.º, no n.º 1 do artigo 49.º e nos artigos 50.º, 51.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

7 — Nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se saber que «[e]m cumprimento da alínea h) do artigo 9.º

da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

29 de Agosto de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Morgado Tavares*.

Edital n.º 791/2005 (2.ª série). — A presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, ao abrigo da competência que lhe foi conferida, por delegação, faz saber que, se encontra aberto concurso documental, pelo período de 30 dias contados do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, para provimento no quadro de pessoal docente da Faculdade de Medicina Veterinária de uma vaga de professor catedrático na área científica de Sanidade Animal.

Em conformidade com os artigos 37.º, 38.º, 40.º, 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e o despacho n.º 5934/2004 (2.ª série), de 25 de Março, observar-se-ão as seguintes disposições:

1 — Ao concurso poderão apresentar-se:

- a) Os professores catedráticos do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;
- b) Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade, desde que tenham sido aprovados em provas públicas de agregação e contem, pelo menos, três anos de efectivo serviço docente na categoria de professor associado ou na qualidade de professor convidado, catedrático ou associado;
- c) Os professores convidados, catedráticos ou associados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade que tenham sido aprovados em provas públicas de agregação e contem, pelo menos, três anos de efectivo serviço docente como professores ou professores convidados daquelas categorias.

2 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

- a) Documento comprovativo de estarem nas condições exigidas em qualquer das alíneas do n.º 1;
- b) Trinta exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com a indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas. Facultativamente, poderão apresentar nota de quaisquer serviços prestados à ciência e ao ensino (trabalhos de divulgação, etc.);
- c) Certidão do registo de nascimento;
- d) Bilhete de identidade ou pública-forma;
- e) Certidão do registo criminal;
- f) Atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área de residência do interessado comprovativo de não sofrer de doença contagiosa e de possuir robustez necessária para o exercício do cargo;
- g) Certificado, passado por dispensário oficial antituberculoso, comprovativo de ausência de tuberculose evolutiva e resultado da prova tuberculínica ou vacinação BCG;
- h) Documento comprovativo de ter satisfeito as leis de recrutamento militar;
- i) Quaisquer outros elementos relevantes que ilustrem a sua aptidão para o exercício do cargo a prover e que o interessado entenda dever apresentar para o efeito.

Os documentos a que aludem as alíneas c) a h) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas, bem como proceder às indicações seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e local de nascimento;
- d) Estado civil;
- e) Profissão;
- f) Residência.

3 — A Faculdade de Medicina Veterinária comunicará aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho de admissão ou não admissão

ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições para tal estabelecidas.

3.1 — Após a admissão dos candidatos ao concurso, deverão estes entregar, nos 30 dias subsequentes ao da recepção do despacho de admissão, dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no seu *curriculum vitae*.

4 — Na primeira reunião do júri, constituído nos termos do artigo 45.º e do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, que terá lugar nos 30 dias imediatos ao da publicação no *Diário da República* do referido júri, será analisada e discutida a admissão ou a exclusão dos candidatos.

5 — A ordenação dos candidatos ao concurso fundamentar-se-á no mérito científico e pedagógico do *curriculum vitae* de cada um deles.

6 — O preceituado nos números anteriores encontra fundamento legal no n.º 1 do artigo 44.º, nos artigos 45.º, 47.º, 48.º, no n.º 1 do artigo 49.º e nos artigos 50.º, 51.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

7 — Nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se saber que «[e]m cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

29 de Agosto de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Morgado Tavares*.

Edital n.º 792/2005 (2.ª série). — A presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, ao abrigo da competência que lhe foi conferida, por delegação, faz saber que se encontra aberto concurso documental, pelo período de 30 dias contados a partir do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, para o provimento no quadro do pessoal docente da Faculdade de Medicina Veterinária de uma vaga de professor associado na área científica de Morfologia e Função.

Em conformidade com os artigos 37.º, 38.º, 41.º, 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e o despacho n.º 5934/2004 (2.ª série), de 25 de Março, observar-se-ão as seguintes disposições:

1 — Ao concurso poderão apresentar-se:

- a) Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;
- b) Os professores convidados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou diferente universidade desde que habilitados com o grau de doutor por uma universidade portuguesa ou equivalente e com pelo menos cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;
- c) Os doutores por universidades portuguesas ou com habilitação equivalente em especialidade considerada adequada à área da disciplina ou do grupo de disciplinas para que foi aberto concurso que contem pelo menos cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

2 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

- a) Documento comprovativo de estar nas condições exigidas em qualquer das alíneas do n.º 1;
- b) Trinta exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com a indicação das obras e dos trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas. Facultativamente, poderá apresentar nota de quaisquer serviços prestados à ciência e ao ensino (trabalhos de divulgação, etc.);
- c) Certidão do registo de nascimento;
- d) Bilhete de identidade ou pública-forma;
- e) Certidão do registo criminal;
- f) Atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área de residência do interessado comprovativo de não sofrer de doença contagiosa e de possuir a robustez necessária para o exercício do cargo;
- g) Certificado, passado por dispensário oficial antituberculoso, comprovativo de ausência de tuberculose evolutiva e resultado da prova tuberculínica ou da vacinação BCG;
- h) Documento comprovativo de ter satisfeito as leis de recrutamento militar;

- i) Quaisquer outros elementos relevantes que ilustrem a sua aptidão para o exercício do cargo a prover e que o interessado entenda dever apresentar para o efeito.

Os documentos a que aludem as alíneas c) a h) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas, bem como proceder às indicações seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e local de nascimento;
- d) Estado civil;
- e) Profissão;
- f) Residência.

3 — A Faculdade de Medicina Veterinária comunicará aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho de admissão ou de não admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento por parte daqueles das condições para tal estabelecidas.

3.1 — Após a admissão dos candidatos ao concurso, deverão estes entregar, nos 30 dias subsequentes ao da recepção do despacho de admissão:

- a) Dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no seu *curriculum vitae*;
- b) Quinze exemplares, impressos ou policopiados, de um relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias da disciplina ou de uma das disciplinas do grupo a que respeita o concurso.

4 — Na primeira reunião do júri, constituído nos termos do artigo 46.º e do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, que terá lugar nos 30 dias imediatos ao da publicação no *Diário da República* do referido júri, será analisada e discutida a admissão ou a exclusão dos candidatos.

5 — A ordenação dos candidatos ao concurso fundamentar-se-á não apenas no mérito científico e pedagógico do *curriculum vitae* de cada um deles mas também no valor pedagógico e científico do relatório referido no n.º 2 do artigo 44.º do ECDU.

6 — O preceituado nos números anteriores encontra fundamento legal nos artigos 44.º, n.º 2, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, n.º 2, 50.º, 51.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

7 — Nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se saber que, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

29 Agosto de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Morgado Tavares*.

Edital n.º 793/2005 (2.ª série). — A presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, ao abrigo da competência que lhe foi conferida, por delegação, faz saber que se encontra aberto concurso documental, pelo período de 30 dias contados do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, para provimento no quadro de pessoal docente da Faculdade de Medicina Veterinária de uma vaga de professor associado na área científica de Produção Animal.

Em conformidade com os artigos 37.º, 38.º, 41.º, 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e o despacho n.º 5934/2004 (2.ª série), de 25 de Março, observar-se-ão as seguintes disposições:

1 — Ao concurso poderão apresentar-se:

- a) Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;
- b) Os professores convidados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou diferente universidade, desde que habilitados com o grau de doutor por uma universidade portuguesa, ou equivalente, e com pelo menos cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;

- c) Os doutores por universidades portuguesas, ou com habilitação equivalente, em especialidade considerada como adequada à área da disciplina ou grupo de disciplinas para que foi aberto concurso que contem, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

2 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

- a) Documento comprovativo de estarem nas condições exigidas em qualquer das alíneas do n.º 1;
- b) 30 exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com a indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas. Facultativamente, poderão apresentar nota de quaisquer serviços prestados à ciência e ao ensino (trabalhos de divulgação, etc.);
- c) Certidão do registo de nascimento;
- d) Bilhete de identidade ou pública-forma;
- e) Certidão do registo criminal;
- f) O atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área de residência do interessado comprovativo de não sofrer de doença contagiosa e possuir robustez necessária para o exercício do cargo;
- g) Certificado, passado por dispensário oficial antituberculoso, comprovativo de ausência de tuberculose evolutiva e resultado da prova tuberculínica ou vacinação BCG;
- h) Documento comprovativo de ter satisfeito as leis de recrutamento militar;
- i) Quaisquer outros elementos relevantes que ilustrem a sua aptidão para o exercício do cargo a prover e que o interessado entenda dever apresentar para o efeito.

Os documentos a que aludem as alíneas c) a h) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas, bem como proceder às indicações seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e local de nascimento;
- d) Estado civil;
- e) Profissão;
- f) Residência.

3 — A Faculdade de Medicina Veterinária comunicará aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho de admissão ou não admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições para tal estabelecidas.

3.1 — Após a admissão dos candidatos ao concurso, deverão estes entregar, nos 30 dias subsequentes ao da recepção do despacho de admissão:

- a) Dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no seu *curriculum vitae*;
- b) 15 exemplares, impressos ou policopiados, de um relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias da disciplina, ou de uma das disciplinas, do grupo a que respeita o concurso.

4 — Na primeira reunião do júri, constituído nos termos do artigo 46.º e do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, que terá lugar nos 30 dias imediatos ao da publicação no *Diário da República* do referido júri, será analisada e discutida a admissão ou a exclusão dos candidatos.

5 — A ordenação dos candidatos ao concurso fundamentar-se-á não apenas no mérito científico e pedagógico do *curriculum vitae* de cada um deles mas também no valor pedagógico e científico do relatório referido no n.º 2 do artigo 44.º do ECDU.

6 — O preceituado nos números anteriores encontra fundamento legal nos artigos 44.º, n.º 2, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, n.º 2, 50.º, 51.º, e 52.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

7 — Nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se saber que: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

29 de Agosto de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Morgado Tavares*.

Edital n.º 794/2005 (2.ª série). — A presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, ao abrigo da competência que lhe foi conferida, por delegação, faz saber que se encontra aberto concurso documental, pelo período de 30 dias contados a partir do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, para o provimento no quadro do pessoal docente da Faculdade de Medicina Veterinária de uma vaga de professor associado na área científica de Sanidade Animal.

Em conformidade com os artigos 37.º, 38.º, 41.º, 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e o despacho n.º 5934/2004 (2.ª série), de 25 de Março, observar-se-ão as seguintes disposições:

1 — Ao concurso poderão apresentar-se:

- a) Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;
- b) Os professores convidados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade desde que habilitados com o grau de doutor por uma universidade portuguesa ou equivalente e com pelo menos cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;
- c) Os doutores por universidades portuguesas ou com habilitação equivalente em especialidade considerada adequada à área da disciplina ou do grupo de disciplinas para que foi aberto o concurso que contem pelo menos cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

2 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

- a) Documento comprovativo de estar nas condições exigidas em qualquer das alíneas do n.º 1;
- b) Trinta exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com a indicação das obras e dos trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas. Facultativamente, poderá apresentar nota de quaisquer serviços prestados à ciência e ao ensino (trabalhos de divulgação, etc.);
- c) Certidão do registo de nascimento;
- d) Bilhete de identidade ou pública-forma;
- e) Certidão do registo criminal;
- f) O atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área de residência do interessado comprovativo de não sofrer de doença contagiosa e possuir a robustez necessária para o exercício do cargo;
- g) Certificado passado por dispensário oficial antituberculoso comprovativo de ausência de tuberculose evolutiva e resultado da prova tuberculínica ou da vacinação BCG;
- h) Documento comprovativo de ter satisfeito as leis de recrutamento militar;
- i) Quaisquer outros elementos relevantes que ilustrem a sua aptidão para o exercício do cargo a prover e que o interessado entenda dever apresentar para o efeito.

Os documentos a que aludem as alíneas c) a h) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas, bem como proceder às indicações seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e local de nascimento;
- d) Estado civil;
- e) Profissão;
- f) Residência.

3 — A Faculdade de Medicina Veterinária comunicará aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho de admissão ou de não admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento por parte daqueles das condições para tal estabelecidas.

3.1 — Após a admissão dos candidatos ao concurso, deverão estes entregar, nos 30 dias subsequentes ao da recepção do despacho de admissão:

- a) Dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no seu *curriculum vitae*;

- b) Quinze exemplares, impressos ou policopiados, de um relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias da disciplina ou uma das disciplinas do grupo a que respeita o concurso.

4 — Na primeira reunião do júri, constituído nos termos do artigo 46.º e do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, que terá lugar nos 30 dias imediatos ao da publicação no *Diário da República* do referido júri, será analisada e discutida a admissão ou a exclusão dos candidatos.

5 — A ordenação dos candidatos ao concurso fundamentar-se-á não apenas no mérito científico e pedagógico do *curriculum vitae* de cada um deles mas também no valor pedagógico e científico do relatório referido no n.º 2 do artigo 44.º do ECDU.

6 — O preceituado nos números anteriores encontra fundamento legal nos artigos 44.º, n.º 2, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, n.º 2, 50.º, 51.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

7 — Nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se saber que, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

29 de Agosto de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Morgado Tavares*.

Instituto Superior de Economia e Gestão

Despacho n.º 19 642/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 1 de Julho de 2005, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 5 de Novembro de 2004:

Alberto Soares — contratado para prestação de serviços de engenharia responsável pelos postos de transformação, em regime de avença, deste Instituto. O contrato tem início em 1 de Julho de 2005 e terá a duração de seis meses. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Agosto de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Vitor da Conceição Gonçalves*.

Despacho n.º 19 643/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 15 de Julho de 2005, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 5 de Novembro de 2004:

Dr. Higino Vieira Cardoso, técnico de grau 1, nível 1, da carreira de informática deste Instituto — autorizada a concessão de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Vitor da Conceição Gonçalves*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 19 644/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Maria José Ferreira da Fonte Lima Pereira — autorizada a nomeação definitiva como técnica profissional principal do quadro desta Universidade, com efeitos a partir da data de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Agosto de 2005. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 19 645/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Carlos Pinto de Brito, António José da Silva Carvalho, Maria de Fátima Rodrigues Sobral, Maria Evelina Moura Lima Pereira e Nelson Rogério dos Santos Pinto Monteiro — autorizada a nomeação definitiva como técnicos de 1.ª classe do quadro desta Universidade, com efeitos a partir da data de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Agosto de 2005. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Aviso n.º 7999/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra de 26 de Agosto de 2005:

Bacharel José Miguel Ferreira Coelho — autorizada a contratação, em regime de contrato administrativo de provimento, no Instituto Superior de Engenharia deste Instituto, na categoria de técnico de 1.ª classe, área de obras, instalações e equipamentos, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 340, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, aceitando-se a rescisão do contrato anterior à mesma data.

29 de Agosto de 2005. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado*.

Aviso n.º 8000/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra de 26 de Agosto de 2005:

Licenciada Fátima Isabel Marreca Correia de Oliveira — autorizada a nomeação na categoria de assessor, área de organização e planeamento, do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social deste Instituto, com a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 610, com efeitos à data da aceitação.

29 de Agosto de 2005. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Escola Superior de Saúde de Portalegre

Despacho n.º 19 646/2005 (2.ª série). — Por deliberação de 17 de Agosto de 2005 do conselho de administração do Hospital Ortopédico do Outão:

Andreia Cátia Jorge Silva — autorizada a comissão de serviço extraordinária, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM, S. A.

Aviso n.º 8001/2005 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Agosto de 2005 do conselho de administração:

Fernando Luís Rocha Barata, assistente hospitalar de cirurgia do quadro de pessoal deste Hospital — concedida licença sem vencimento por 90 dias, com efeitos a partir de 30 de Agosto de 2005.

26 de Agosto de 2005. — A Chefe da Repartição de Pessoal, *Helena Marques*.

Aviso n.º 8002/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Agosto de 2005 do conselho de administração:

Maria Filomena Gomes Machado Sequeira, técnica de fisioterapia de 2.ª classe do quadro de pessoal deste Hospital — concedida licença sem vencimento por 90 dias, com efeitos a partir de 3 de Outubro de 2005.

29 de Agosto de 2005. — A Chefe da Repartição de Pessoal, *Helena Marques*.

HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, S. A.

Deliberação (extracto) n.º 1200/2005. — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 18 de Agosto de 2005, foi autorizada a continuação do regime de horário acrescido de quarenta e duas horas semanais por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005, aos técnicos de diagnóstico e terapêutica, área de farmácia, do quadro de pessoal deste Hospital:

Ana Maria Almeida Neves Dias Pinho.
Carla Manuela Condeço Perpétuo.
Carlos Manuel Marçal Assunção.
Cristina Alexandra Rocha Costa Alvarenga.
Helena Isabel Gavetas Marques.
Marco Augusto Freitas Carvalho.

24 de Agosto de 2005. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

Deliberação (extracto) n.º 1201/2005. — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 12 de Maio de 2005:

Sónia Paula Santos André, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Hospital — autorizada a cessação do regime de horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a partir de 30 de Maio de 2005.

24 de Agosto de 2005. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

Deliberação (extracto) n.º 1202/2005. — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 12 de Maio de 2005:

Marília Rosa Silva Oliveira Alfaiate, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Hospital — autorizado o regime de horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a partir de 30 de Maio de 2005.

24 de Agosto de 2005. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR, S. A.

Despacho n.º 19 647/2005 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração deste Hospital de 25 de Agosto de 2005:

Susana Cristina Faria Correia da Silva, técnica de 2.ª classe de radiologia da carreira de técnico diagnóstico e terapêutica do quadro do Hospital Santa Maria Maior, S. A. — nomeada, após concurso interno de acesso limitado, técnica de 1.ª classe de radiologia do quadro do mesmo Hospital, ficando exonerada do lugar anterior a partir da data da aceitação da nomeação (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Agosto de 2005. — A Presidente do Conselho de Administração, *Elisabete Castela*.

Despacho n.º 19 648/2005 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração deste Hospital de 25 de Agosto de 2005, foi autorizado o regime de horário acrescido de quarenta e duas horas semanais aos enfermeiros abaixo indicados no período de 1 de Setembro a 31 de Outubro de 2005:

António Carlos Sousa Vilas Boas.
Francisco António Dias Costa.
José Luís Costa Miranda.
Manuel Jorge Martins Vale Lima.
Maria Helena Costa Martins Rocha.
Maria Manuela Simões Machado.

29 de Agosto de 2005. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *João Fernando Bernardino Catrola*.

**INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA
FRANCISCO GENTIL — CENTRO REGIONAL
DE ONCOLOGIA DE LISBOA, S. A.**

Despacho n.º 19 649/2005 (2.ª série). — Por despachos do administrador executivo:

De 20 de Junho de 2005:

Ana Cristina Marques Morgado Godinho Tavares, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, pelo período de seis meses, a partir de 1 de Julho de 2005.

De 1 de Julho de 2005:

Elisabete Nunes Rodrigues Henriques, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, pelo período de seis meses, a partir de 7 de Julho de 2005.

De 4 de Julho de 2005:

Maria Fátima Galriça Costa Sá, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, pelo período de seis meses, com efeitos a 11 de Junho de 2005.

Arminda Maria Duarte Luís, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, pelo período de seis meses, com efeitos a 30 de Junho de 2005.

Por despacho da administradora hospitalar da G. R. H. de 13 de Julho de 2005:

Sofia Alexandra Ribeiro Simão, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a sua exoneração a partir de 1 de Agosto de 2005.

22 de Agosto de 2005. — A Secretária-Geral, *Carla Paulo Henriques*.

Despacho n.º 19 650/2005 (2.ª série). — Por despacho do administrador executivo de 3 de Agosto de 2005:

Maria José Esteves Pereira Mendes, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a 12 de Junho de 2005.

Vasco Miguel Carvalho d'Oliveira, enfermeiro do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a 19 de Junho de 2005.

Carina Lopes José, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a 19 de Junho de 2005.

Joana Maria Esteves Coimbra Gramacho Azevedo Costa, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a 1 de Julho de 2005.

Sandra Maria Soeiro Sousa Serra, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a 3 de Julho de 2005.

Ana Catarina Patrocínio Sequeira Fonseca, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a 10 de Julho de 2005.

Cláudia Sofia Jesus Rocha Silva, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a 24 de Julho de 2005.

Idília Silva Barata Moreira Garrido, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a prorrogação do horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, pelo período de seis meses, com efeitos a 26 de Julho de 2005.

22 de Agosto de 2005. — A Secretária-Geral, *Carla Paula Henriques*.

AVISO

- 1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas do *Diário da República* para o ano 2005 em suporte de papel, CD-ROM e Internet.
 2 — Não serão aceites pedidos de anulação de contratos de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
 3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de contrato de assinatura que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.
 4 — A efectivação dos pedidos de contratos de assinaturas, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas livrarias.
 5 — Toda a correspondência sobre contratos de assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa (fax: 213945750; e-mail: assinaturas@incm.pt).

Preços para 2005

(Em euros)

PAPEL (IVA 5 %)	
1.ª série	154
2.ª série	154
3.ª série	154
1.ª e 2.ª séries	288
1.ª e 3.ª séries	288
2.ª e 3.ª séries	288
1.ª, 2.ª e 3.ª séries	407
Compilação dos Sumários	52
Apêndices (acórdãos)	100

BUSCAS/MENSAGENS (IVA 21 %) ¹	
E-mail 50	15,76
E-mail 250	47,28
E-mail 500	76,26
E-mail 1000	142,35
E-mail+50	26,44
E-mail+250	93,55
E-mail+500	147,44
E-mail+1000	264,37

ACTOS SOCIETÁRIOS (IVA 21 %)	
100 acessos	35,59
250 acessos	71,18
500 acessos	122,02
N.º de acessos ilimitados até 31-12	559,24

CD-ROM 1.ª série (IVA 21 %)		
Assinatura CD mensal ...	Assinante papel ²	Não assinante papel
	188,11	233,87
INTERNET DIÁRIO DO DIA (IVA 21 %)		
1.ª série	122,02	
2.ª série	122,02	
3.ª série	122,02	
INTERNET (IVA 21 %)		
Preços por série ³	Assinante papel ²	Não assinante papel
100 acessos	97,61	122,02
250 acessos	219,63	274,54
Ilimitado individual ⁴	406,72	508,40

¹ Ver condições em <http://www.incм.pt/servlets/buscas>.² Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.³ 3.ª série só concursos públicos.⁴ Para assinaturas colectivas (acessos simultâneos) contacte-nos através dos endereços do *Diário da República* electrónico abaixo indicados.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,60



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dre.pt>
 Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



INCM

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro
Força Vouga
Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 58 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telefs. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa
Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa